LENDO *O COMÉRCIO DO PORTO*… EIS QUE A HISTÓRIA SE REPETE!

A PESTE BUBÓNICA (1899) E O TIFO EXANTEMÁTICO, A GRIPE ESPANHOLA E A VARÍOLA (1917-1919)

NOTA INTRODUTÓRIA

NOS TEMPOS CORRENTES… **Cartoon de Manuel Monterroso.**
O Comércio do Porto. Ano CVIII, n.º 62 (4 de março de 1962).

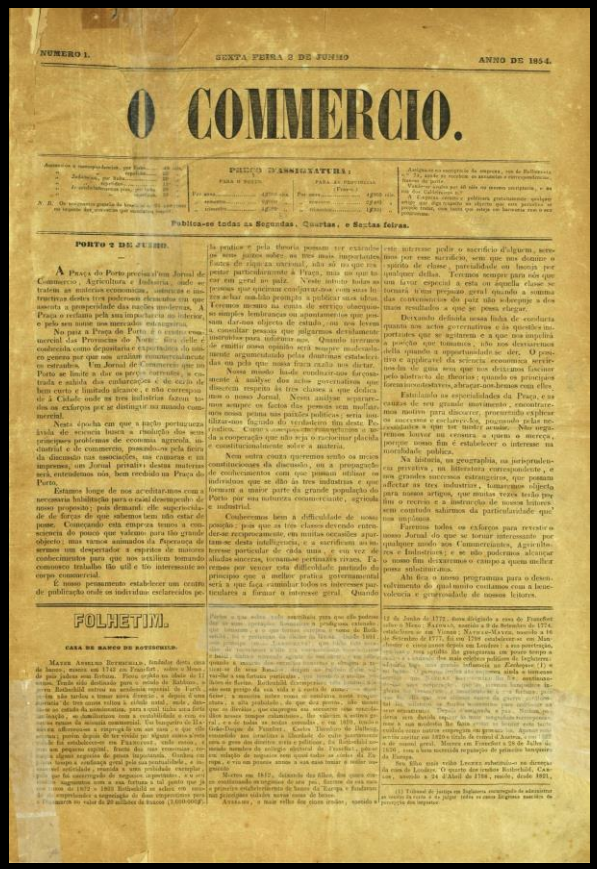
Ao folhear as páginas ressequidas d'*O Comércio do Porto* (um velho jornal associado à honrada e laboriosa burguesia nortenha…) percebe-se que, face aos acontecimentos que têm marcado este ano de 2020, no tocante à declarada pandemia da covid-19, afinal, parece que a História nunca é suficientemente original para nos surpreender…

A leitura atenta desse diário revela-nos, relativamente aos períodos em que as epidemias atingiram de forma mais acentuada a população, um quotidiano marcado pelas mesmas preocupações, pelas mesmas angústias e até pelos mesmos estratagemas atuais, pese embora o tempo histórico e o contexto científico que nos separa dessas vetustas folhas arquivadas.

Hoje, todos nós imersos num "admirável mundo novo" em que as novas tecnologias de informação e de comunicação constituem um recurso incomensurável de interação humana ao nosso dispor, talvez seja difícil compreender o papel fundamental que a imprensa diária desempenhou, de forma quase solitária, desde meados do século XIX até há relativamente pouco tempo, na questão da difusão de conhecimentos científicos, nomeadamente de medidas sanitárias e práticas de higiene profilática.

Assim, numa altura em que a imprensa periódica assumia uma dinâmica ímpar, o papel que os jornais desempenharam na divulgação de informação estratégica foi fundamental, constituindo-se como um excelente recurso de comunicação com o público, antes da era do cinema, da televisão e mesmo da internet. Relativamente à saúde pública, a difusão das informações, sobretudo em épocas epidémicas, constituía um recurso para a sobrevivência. Face às constantes moléstias pandémicas e aos consequentes medos e dores sofridas, o século XIX foi uma época em que, gradualmente, a população foi adquirindo uma clara perceção do valor das ações preventivas e das práticas de higiene enquanto meios eficazes para lidar e minorar as crises sanitárias em geral e as doenças em particular. A temática higienista acabou por se introduzir nos hábitos domésticos, constituindo uma arma de que as autoridades dispuseram para

vencer as epidemias, sendo amplamente divulgada nos relatórios oficiais e em diversos artigos que eram difundidos nos jornais generalistas. Desta forma, essa imprensa foi um recurso de informação privilegiado de que a comunidade médica e as próprias autoridades sanitárias puderam lançar mão para lutar contra as doenças em que o mundo inteiro estava envolvido. Por outro lado, permitiu a assunção da classe médica e das políticas sanitárias no cerne das atenções da vida do País e dos municípios[1].


NUMERO 1. SEXTA FEIRA 2 DE JUNHO ANNO DE 1854.

O COMMERCIO.

PREÇO D'ASSIGNATURA:

Publica-se todas as Segundas, Quartas, e Sextas feiras.

PORTO 2 DE JUNHO.

FOLHETIM.

CASA DE BANCO DE ROTSCHILD.

Primeira publicação do jornal *O Comércio do Porto*, Ano I, n.º 1, (2 de junho de 1854). Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner (Id 218071).

Nesta circunstância, mereceu especial atenção o jornal *O Comércio do Porto* (1854-2005)[2], o qual constitui a fonte principal do ensaio que adiante se apresenta, tendo sido realizada uma recolha intensiva de todas as notícias alusivas à peste bubónica e ao tifo exantemático (1899), bem como à gripe espanhola e à varíola (1917-1919).

Procurou-se contextualizar as informações reunidas, tendo como pano de fundo a conjuntura histórica. Em termos geográficos, a atenção centrou-se, sobretudo, na região Norte e, muito especificamente, nas cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia. Quanto aos recursos documentais, utilizou-se como suporte constante a informação difundida pelo jornal *O Comércio do Porto* e, minoritariamente, outras fontes arquivísticas complementares, a saber, documentação quer do Arquivo Municipal de Gaia (Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner), quer do Arquivo Municipal do Porto (Arquivo Histórico – Casa do Infante), para além de bibliografia histórica.

Assim, pretende-se contribuir para uma perspetiva específica sobre a gripe espanhola e as anteriores epidemias do século XIX, apresentando um esboço de caráter regional que evidencie as preocupações e os anseios que, relativamente a graves flagelos, foram plasmados num dos maiores jornais diários de Portugal à época, promovendo o conhecimento histórico e a consciência cívica da comunidade leitora.

[1] ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – *As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p. 693.

[2] Ver https://arquivo.cm-gaia.pt/creators/13983/.

REPETIÇÃO DA HISTÓRIA: ATÉ QUE PONTO?

Crianças preparando a sua própria refeição num campo de migrantes na atual Bielorrússia, após a Grande Guerra.
https://www.icrc.org/pt/document/lembrar-dos-mais-vulneraveis-da-primeira-guerra-mundial.

No rescaldo incerto de uma devastadora guerra mundial (1914-1918), ainda sob as sombras da morte e da fome a pairar por todo o lado, eis que sobre a terra se abatia uma verdadeira catástrofe de saúde pública batizada de *pneumónica* pelo diretor-geral da Saúde de então, Ricardo Jorge, e que ficou conhecida para a posteridade como *gripe espanhola*.

Tratou-se de uma pandemia que envolveu todos os continentes, em duas vagas sucessivas, nomeadamente no verão de 1918 e no princípio do outono desse ano, prolongando-se até meados de 1919.

Segundo Francisco George, atual presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, a "gripe espanhola" e o novo coronavírus só têm em comum a probabilidade de a doença respiratória evoluir para pneumonia, pelo que, excetuando este quadro clínico, "é errado fazer uma comparação entre o vírus da gripe de 1918-1919 com a situação que vivemos 100 anos depois". Além do facto do agente viral ser diferente, acrescenta ainda que também Portugal é hoje "outro país"[3].

[3] https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/covid-19-semelhancas-com-gripe-espanhola-comecam-e-acabam-na-pneumonia

Por certo que o contexto de 2020 é indubitavelmente diferente do existente em 1918. Hoje as sociedades estão muito mais humanizadas e são muito mais pacíficas, fatores que desencadeiam respostas enérgicas por parte dos Estados, os quais fazem grandes esforços para conter a pandemia, em prol da saúde dos cidadãos e sacrificando a economia do mundo global. Mas esta opção apenas é possível porque, na verdade, o mundo evoluiu de forma significativa em termos práticos, o que nos permitiu chegar a respostas tecnológicas e científicas muito superiores às disponíveis no tempo da *pneumónica*. Em nome do valor supremo da vida humana, hoje tudo se faz para reduzir ao mínimo possível os danos que este novo coronavírus possa provocar. São estas respostas que impedem que a covid-19 provoque as elevadíssimas taxas de mortalidade que a gripe espanhola teve há 100 anos.

Vítimas da gripe num hospital de emergência perto de Fort Riley, Kansas, em 1918.
https://alagoasreal.blogspot.com/2018/03/cinco-mitos-sobre-surtos.epidemias-e.pandemias.seth.berkley.html

Mas, será assim tudo tão distinto? Será que nada interliga estas duas dimensões espácio-temporais? Talvez haja. E há pelo menos uma coisa em comum nestas duas pandemias de séculos diferentes: a facilidade do contágio e o horror que tal provoca na população mundial.

O mundo de hoje é mais limpo e asseado, tem mais higiene e é mais civilizado. Mas, em 2028, aquando do centenário da pandemia, a diretora-geral de Saúde de Portugal, Graça Freitas, alertou que "os vírus e as bactérias não se foram embora. Nós pensamos que sim – com a vacinação, antibióticos, água potável, saneamento básico -, mas não. Eles estão por aí e estão à espera de uma oportunidade para se manifestar. Essa é a grande lição"[4]. E a lição pressentida veio em 2020. E mais uma vez o mundo terá de aprender com a devastação na saúde e na economia.

[4] https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/covid-19-semelhancas-com-gripe-espanhola-comecam-e-acabam-na-pneumonia

O PORTO NA BERLINDA DAS CRISES SANITÁRIAS

Perspetiva da Ribeira do Porto a partir de Vila Nova de Gaia. Finais do século XIX.
https://www.natgeo.pt/historia/2019/09/como-era-o-porto-de-antigamente.

É traça característica do núcleo histórico do Porto a sua malha urbana irregular, as ruas sinuosas e estreitas que, da zona da Ribeira sobem ingremes até ao velho burgo da Sé. Pouco arejadas, profusamente habitadas, estas calçadas próprias de uma cidade de raiz medieval, permaneceram, ainda em pleno século XIX, como o principal núcleo comercial urbano. Com efeito, a baixa portuense, constituindo uma invejável plataforma mercantil, favorecia não só a circulação de produtos como também a entrada de doenças infectocontagiosas que rapidamente se disseminavam pela população.

O escritor Alberto Pimentel (1849-1925) expôs, com exemplar sensibilidade, o ambiente físico e a atmosfera humana que definiam a cidade do Porto ainda em Oitocentos:

A cidade do Porto foi-se apinhoando, originariamente, em torno do burgo da Sé […]. *Todos nós* […] *nos lembramos ainda da traça da cidade primitiva, que por muito tempo permaneceu nas linhas geraes da sua caracterização arcaica, apertada n'um cinto negro de muralhas* […]. *Dentro dos muros contorciam-se as ruas que se ennovelavam em torno do ancestral dominio dos bispos: ruas apertadas, sem ar, sem luz, como eram todas as que da Sé vinham descendo até ao Douro.* […] *Uma tristeza, esmagada e esmagadora, pairava sobre o ambiente d'essas bitesgas insalubres, ennoitecendo o interior das casas, e enchendo de sombras as vidraças e as almas.* […] *A luz e o ar começavam a romper pela embocadura das novas ruas, mas a feição caracteristica do Porto acentuava-se no dédalo das viellas que constituiram o nucleo da cidade antiga*[5].

[5] PIMENTEL, Alberto – *O Porto ha trinta annos*. Porto: Livraria Universal, 1892, p. 1-4.

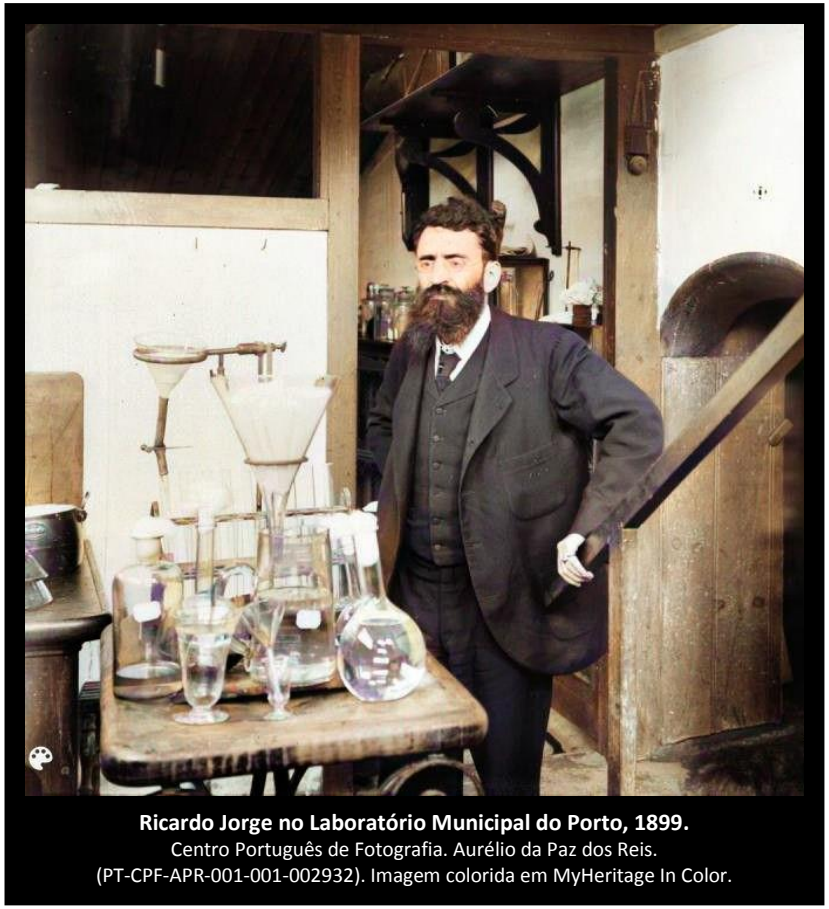
Desde meados do século XIX até ao início do século XX, a região do Porto, – à semelhança do que ocorreu um pouco por todo o país –, sofreu várias crises sanitárias graves, nomeadamente a cólera *morbus* (1854-56), a peste bubónica (1899), assim como o tifo exantemático, a varíola (vulgo bexigas) e a gripe pneumónica ou *espanhola* (1918-19). Todas estas epidemias tiveram ali um enorme impacto, dizimando uma elevada percentagem da população.

A esta situação não é estranho o facto da vida urbana portuense padecer de graves e deficientes condições, onde proliferava a miséria social e onde a insalubridade das casas e a saúde débil das pessoas eram uma constante.

Acresce que as práticas higienistas constituíam uma exceção, cujos preceitos eram desrespeitados ou, melhor dizendo, desconhecidos, sobretudo na periferia rural, onde estavam enraizados certos hábitos que, gradualmente, deixaram de se compaginar com as exigências crescentes da nova urbanidade:

A hygiene em Villa Nova de Gaya – São constantes as queixas e reclamações que nos enviam acerca do mau estado de limpeza em que se encontra o concelho de Gaya e a deficiência de providencias adoptadas alli para melhorar a hygiene. Continua a fazer-se sentir a imprudencia por nós já apontada de os lavradores lançarem á terra o mexoalho, deixando-o a descoberto e a exalar um cheiro nauseabundo e insuportável, quando entra em decomposição. É principalmente em Valladares e Gulpilhares que se depara com enormes quantidades d'aquelle adubo expostas no campo aos ardores do sol e tornando quasi impossivel o transito pelos caminhos e estradas, taes são os miasmas deleterios que se exalam de tanta podridão.

Bastará que se cumpra a lei, obrigando o lavrador a lançar sobre o mexoalho uma espessa camada de terra para que o inconveniente e o perigo desapareçam. Em muitas casas de lavoura da freguezia de Canidello fez-se dos quinteiros receptaculos de immundicie, que jamais se extinguem, pois que assim se conservam mezes, e até anos, para voltarem a ser renovados logo que se esgotam. As águas dos aidos não são extrahidas, e, apenas cobertas com matto, ficam estagnadas. São, pois, tantos outros fócos de enfecção a viciar a atmosfera, e que é necessario desapareçam imediatamente.[6]



Ricardo Jorge no Laboratório Municipal do Porto, 1899.
Centro Português de Fotografia. Aurélio da Paz dos Reis.
(PT-CPF-APR-001-001-002932). Imagem colorida em MyHeritage In Color.

[6] *O Comércio do Porto*. Ano XLVI, n.º 198 (22 de agosto de 1899), p. 2.

Aspeto de uma ilha no Porto, 1899.
Centro Português de Fotografia. Aurélio da Paz dos Reis.
(PT-CPF-APR-001-001-002922). Imagem colorida em MyHeritage In Color.

Em 1885, o ilustre médico portuense Ricardo Jorge[7] chamava a atenção para a falta de asseio e da mais elementar higiene na cidade do Porto, bem como para as degradantes condições em que ali viviam as famílias pobres, sobretudo concentradas nas chamadas *ilhas*:

Cada vez mais insalubre, a cidade não tem nas condições devidas nem agua, nem esgotos, esses dois elementos imprescindiveis de limpeza, que a experiência tem demonstrado reduzirem a cifra da mortalidade geral.

O hospital é um antro infecto, onde s'amontoam doentes fora de todos os limites da tolerancia e n'um despreso repugnante das leis mais comesinhas da boa hygiene.

As classes pobres, o mundo dos proletários, vegetam encovados n'uns alvéolos humidos e lobregos, sem ar e sem luz, e abandonadas a uma especulação torpe que tão sordidamente as explora com a miserável edificação das ilhas.

Ha a desfiar um estendal de misérias e de vergonhas, de males e de incurias. E forçoso lavrar um protesto energico contra tanto desleixo, contra tanta inepcia, contra tanta loucura criminosa. E eu, […] mau grado a insufficiencia própria, alistei-me no serviço d'essa causa nobre[8].

[7] Ricardo de Almeida Jorge (Porto, 9 de maio de 1858 – Lisboa, 29 de julho de 1939) foi um médico, naturalista, investigador, professor de Medicina e introdutor em Portugal das modernas técnicas e conceitos de saúde pública, que exerceu diversos cargos na administração da saúde, conseguindo uma importante influência política. Refira-se que, entre 1891 e 1899, foi médico municipal do Porto e responsável pelo Laboratório Municipal de Bacteriologia, tornando-se, em 1895, professor titular da cadeira de Higiene e Medicina Legal da Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

[8] JORGE, Ricardo de Almeida – *Hygiene social applicada á nação portuguesa*. Porto: Imprensa Civilisação, 1885, p. 39-40.

Com o intuito de divulgar ao máximo as vantagens e os preceitos higienistas, Ricardo Jorge encetou uma verdadeira campanha na cidade, proferindo várias conferências públicas e escrevendo muitos artigos. Desse modo, alertava as autoridades e as comunidades para a necessidade de se apostar na difusão e no cumprimento de práticas de higiene individual e social como meio eficaz para lidar com as crises sanitárias em geral e as doenças em particular:

Ha tempos que o meio nacional parece invadido por um movimento benefico em favor da sanidade publica.

Ventilam-se de vez em quando as questões magnas da hygiene individual e social, arma-se uma cruzada de propaganda de princípios salutares, surgem apostolos dedicados pela causa suprema do progresso physico, e toda esta agitação, prenuncio de transformações radicaes, vai calando pouco e pouco no seio da opinião publica.

Filha dilecta da civilisação moderna, intimamente relacionada com o desenvolvimento monstruoso das sciencias, das artes e das industrias, a hygiene tenta rasgadamente o seu ingresso na sociedade portugueza, arrastada n'essa onda pujante d'aspirações progressivas que vão avassallando os espiritos pelo bem commum da patria, a despeito da educação preterita, da rotina sediça, da ignorancia crassa e da inepcia administrativa.[9]

Aspeto da entrada de uma casa de banhos que existiu na Rua 31 de Janeiro. Porto, *ca*. 1900.
Arquivo Municipal do Porto. Foto Guedes (Id 302429).

[9] JORGE, Ricardo de Almeida – *Hygiene social applicada á nação portuguesa*. Porto: Imprensa Civilisação, 1885, p. III.

A PESTE BUBÓNICA DE 1899

- Já lhe disse, nunca houve peste!
- Não houve? Ora essa! Então você quer saber mais do que o doutor Ricardo Jorge?
- A peste foi inventada pela monarquia! Essa é que é a peste do país!
- Ora, não diga asneiras! Pestífero é você e mais toda a corja dos vermelhos que andam por aí à solta!
- Isso são fígados de reaccionário. Leia o Vítor Hugo. Olhe que Voltaire disse…
- Eu quero lá saber o que disse esse tipo! E fale-me baixo, senão…
- Senão, quê?... [10]

Peste [Bubónica no Porto: atuação da Brigada de Desinfeção], 1899.
Centro Português de Fotografia. Aurélio da Paz dos Reis (PT-CPF-APR-001-001-002939).
Imagem colorida em MyHeritage In Color.

A 4 de julho de 1899, Ricardo Jorge, na qualidade de médico responsável pelo Laboratório Municipal de Bacteriologia da Câmara do Porto, recebia ***um bilhete d'um negociante da rua de S. João, chamando a atenção para uns obitos que se tinham dado na Fonte Taurina***.

Após algumas informações colhidas, o próprio Dr. Ricardo Jorge deslocou-se ao local e compreendeu de imediato ***estar em frente d'um fóco epidemico de molestia singular e nova***, embora reagisse ***contra a suspeita de peste bubonica***.

De imediato se procedeu à limpeza viária, bem como à desinfeção das ***descuradas e immundas habitações*** não obstante a resistência dos moradores.[11]

[10] LEITE, Arnaldo – *O Porto 1900*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1952, p. 93.
[11] JORGE, Ricardo – *A peste bubónica no Porto – 1899. Seu descobrimento – Primeiros trabalhos*. Porto: Repartição de Saude e Hygiene da Camara do Porto, 1899, p. IX-X.

Planta da Rua da Fonte Taurina e áreas adjacentes.
Folha da planta da cidade do Porto, à escala 1:500, levantada sob direção de Augusto Gerardo Teles Ferreira [quadrícula 260]. [188?] – [1892].
Arquivo Municipal do Porto (Id 519583).

A Rua da Fonte Taurina era, então, ***uma cangosta secular***, ***sombria e mal encarada*** da cidade do Porto, constituindo uma ***massa fetida, ascorosa e insalubre***, pelo que não seria para admirar que ali a doença tivesse todas as condições para progredir. [12]

[12] JORGE, Ricardo – *A peste bubónica no Porto – 1899. Seu descobrimento – Primeiros trabalhos*. Porto: Repartição de Saude e Hygiene da Camara do Porto, 1899, p. 15-16.

Tendo-se devotado ao estudo da epidemia recém-identificada, receou estar na presença da ancestral *peste negra*, que, reaparecendo 200 anos depois, inaugurava a terceira pandemia de peste bubónica de dimensão mundial[13]. E a prova bacteriológica realizada confirmou a suspeita, isolando-se o temido bacilo de *Yersin*.

A corroboração da prova clínica e a confirmação epidemiológica da peste bubónica veio igualmente do médico bacteriologista Câmara Pestana[14] e, logo de imediato, da Sociedade de Medicina e Cirurgia[15].

Mas, como o próprio Ricardo Jorge afirmou, de que ***ninguem é propheta na sua terra***, foi necessária a confirmação por parte da comunidade médica não só nacional, como também internacional.

Grupo de médicos que vieram ao Porto em 1899. A contar da esquerda, de pé: Souza Júnior, Lopez de Castro, Rosendo deGratt, Frederico Viñas Y Cusy, Magnus Geirvold, Salimbeni, Frederico Montaldo e António Balbino Rego. Sentados: P. Aaser, Jaime Férran, Ricardo Jorge, Albert Calmettd e Câmara Pestana, 1899.

Centro Português de Fotografia. Aurélio da Paz dos Reis (PT-CPF-APR-001-001-002946).
Imagem colorida em MyHeritage In Color.

[13] O país mais flagelado na altura foi a Índia, registando-se cerca de 13 a 15 milhões de mortos em 12 anos.
[14] Na altura, o Dr. Câmara Pestana era Diretor do Instituto de Bacteriologia de Lisboa.
[15] JORGE, Ricardo – *A peste bubónica no Porto – 1899. Seu descobrimento – Primeiros trabalhos*. Porto: Repartição de Saude e Hygiene da Camara do Porto, 1899, p. XIII.

Alçado de um prédio da Rua Taurina. Porto, 1856.
Licença de obra n.º 110/1856 solicitada por Tomás António de Azevedo Lobo para acrescentar um andar.
Arquivo Municipal do Porto (Id 505055).

A grande maioria dos epidemiados era gente pobre ***de má habitação e de má vida***, sobretudo os que viviam em ilhas, consideradas como ***malditas tocas*** onde a doença facilmente se difundia.

As próprias casas, por regra escuras, pouco ventiladas e sobrelotadas, potenciavam a disseminação do bacilo de *Yersin*.[16]

[16] JORGE, Ricardo – *A peste bubónica no Porto – 1899. Seu descobrimento – Primeiros trabalhos*. Porto: Repartição de Saude e Hygiene da Camara do Porto, 1899, p. 29-30 (Relatório de 28 de agosto de 1899).

Arnaldo Leite, evocando o Porto de 1900, então ainda sob a recém memória da peste bubónica, descreveu com magistral realismo os últimos momentos de um pai de família que agonizava num desses casebres portuenses, onde de válido e bom apenas tinha a família que o estimava e que por ele sofria. Este quadro permite perspetivar e antever outros casos análogos que constantemente ocorriam um pouco por toda a velha cidade do Porto naquela época:

(…) noites tristes, enevoadas, húmidas, em que choram lágrimas de miséria os tristes casebres da Sé. […] *No segundo andar de um pardieiro, velho e roído pela traça do tempo, da típica Rua do Souto*[17]*, bordada de tabernas e de pequenas mercearias, escuras como túmulos, agonizava, num desconjuntado leito de ferro, o sôr Raimundo calceiro. Tinha sido um moiro de trabalho.* […] *A um canto da sala, a mãe do sôr Raimundo, soluçava padre-nossos, encolhida, dobrada, enrodilhada no meio de duas mantas sujas e esfiapadas. Era um trapo em cima de farrapos! A se Ritinha, mulher do calceiro,* […]*, com o filho mais novo no regaço e os outros dois agarrados ao chale preto, tentava enganar o seu homem com um sorriso de esperança e de resignação.* […] *Era preciso coragem. Ergueu-se. Foi junto do seu homem, acaricia-lo, beijá-lo e aconchegar-lhe a roupa. (…)*

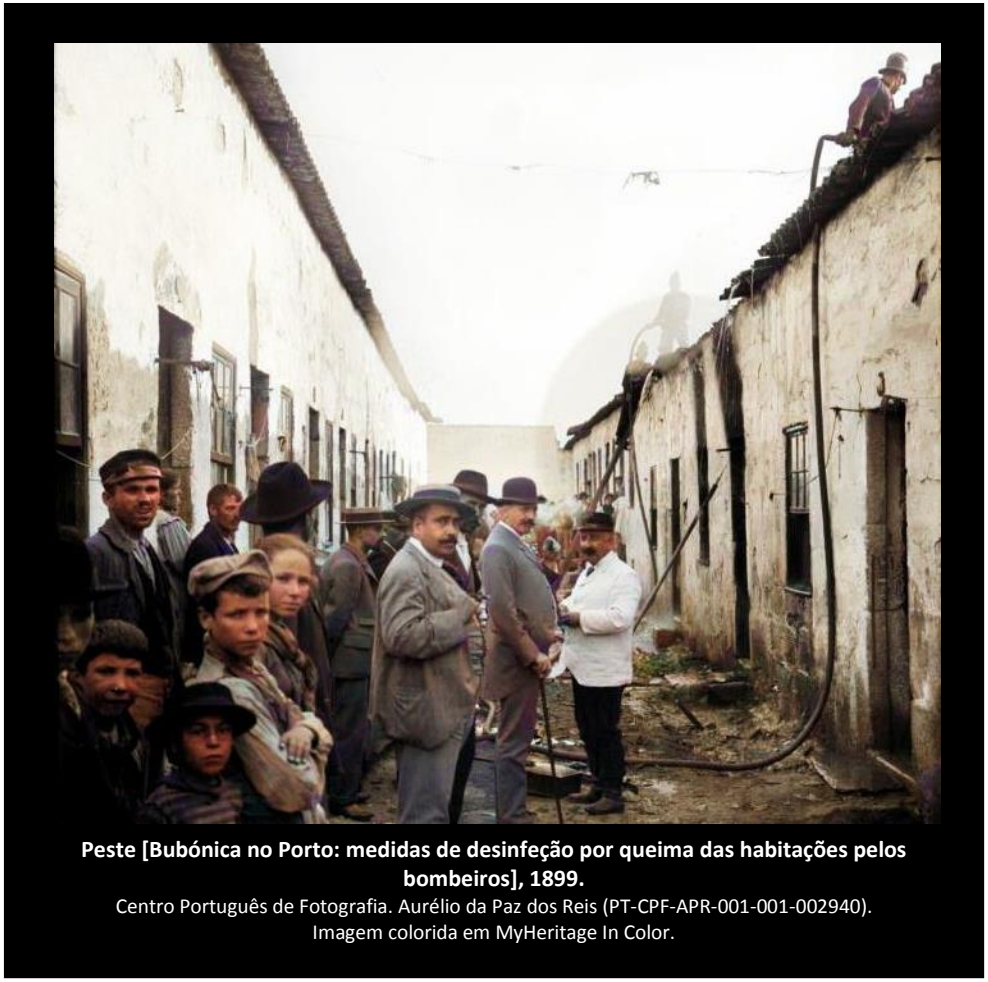
A luz fumarenta de petróleo deixava adivinhar o corpo esquelético do sôr Raimundo, escorrendo o suor de febre por entre os lençóis encardidos. Uma carga de ossos a arder em cima das palhas de uma enxerga. No rosto miúdo, gasto pelo sofrimento e pela dor, dois olhos brilhavam no fundo de duas covas. O resto era só barba, barba de mais de um mês, cheiinha de fios de neve, num homem de quarenta e poucos anos! […]

A luz do candeeiro cada vez mais frouxa, […] *extinguiu-se* […] *à míngua de petróleo.* […] *A se Ritinha voltou da cozinha com um coto de vela aceso. A luz incerta e tremida, atirou para a parede, salpicada com chagas de salitre, a projecção de sombras oscilantes, aleijadas, disformes e grotescas. Criações de Picasso num bailado trágico de agonias!...*[18]

Cruzamento das ruas da Banharia, Escura, dos Pelames e do Souto, destacando-se o oratório do Senhor dos Aflitos, retirado do edifício após a implantação da República. Porto, *ca*. 1900.
Arquivo Municipal do Porto. Foto Guedes (Id 611060).

[17] Trata-se de uma das mais antigas artérias do Porto que, liga a Rua da Bainharia e a Rua dos Pelames, na zona da Sé, à Rua Mouzinho da Silveira, onde atualmente corre encanado o designado "Rio da Vila". A Rua do Souto, segundo Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, "*era das mais antigas e certamente a mais longa artéria do velho burgo portuense em tempos medievais. Principiava, como hoje, na Bainharia, atravessava o Rio da Vila (Rua Mouzinho da Silveira) e continuava por junto do antiquíssimo Hospital de Rocamodor, pela Caldeiraria acima, até à Praça do Olival, na Cordoaria*".

[18] LEITE, Arnaldo – *O Porto 1900*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1952, p. 197-200.



Peste [Bubónica no Porto: medidas de desinfeção por queima das habitações pelos bombeiros], 1899.
Centro Português de Fotografia. Aurélio da Paz dos Reis (PT-CPF-APR-001-001-002940).
Imagem colorida em MyHeritage In Color.

O cortejo da peste bubónica na cidade do Porto continuava a sua marcha, e de forma crescente, ia fazendo a sua entrada "nas salas", alastrando a classes mais favorecidas[19]. Assim, havia já registos da peste no Largo de São Domingos e na Rua de Santa Catarina. Pese embora o aumento crescente dos casos de peste bubónica pela cidade, a verdade é que tal não merecia grande destaque nos jornais portuenses da época, os quais, aliás, procuravam subtrair importância ao assunto, contrariando a ideia de que se estava perante um grave surto epidémico. Tal é o caso paradigmático do jornal *O Comércio do Porto*, no qual, a 22 de agosto de 1899, se pode ler o seguinte:

A imprensa portuense, na sua generalidade, viu a questão [da epidemia] com o seu natural bom senso, e ponderou que tinha muitos modos de fazer política sem arrastar o paiz ás consequencias, economicamente desastrosas, de uma propaganda de terror.[20]

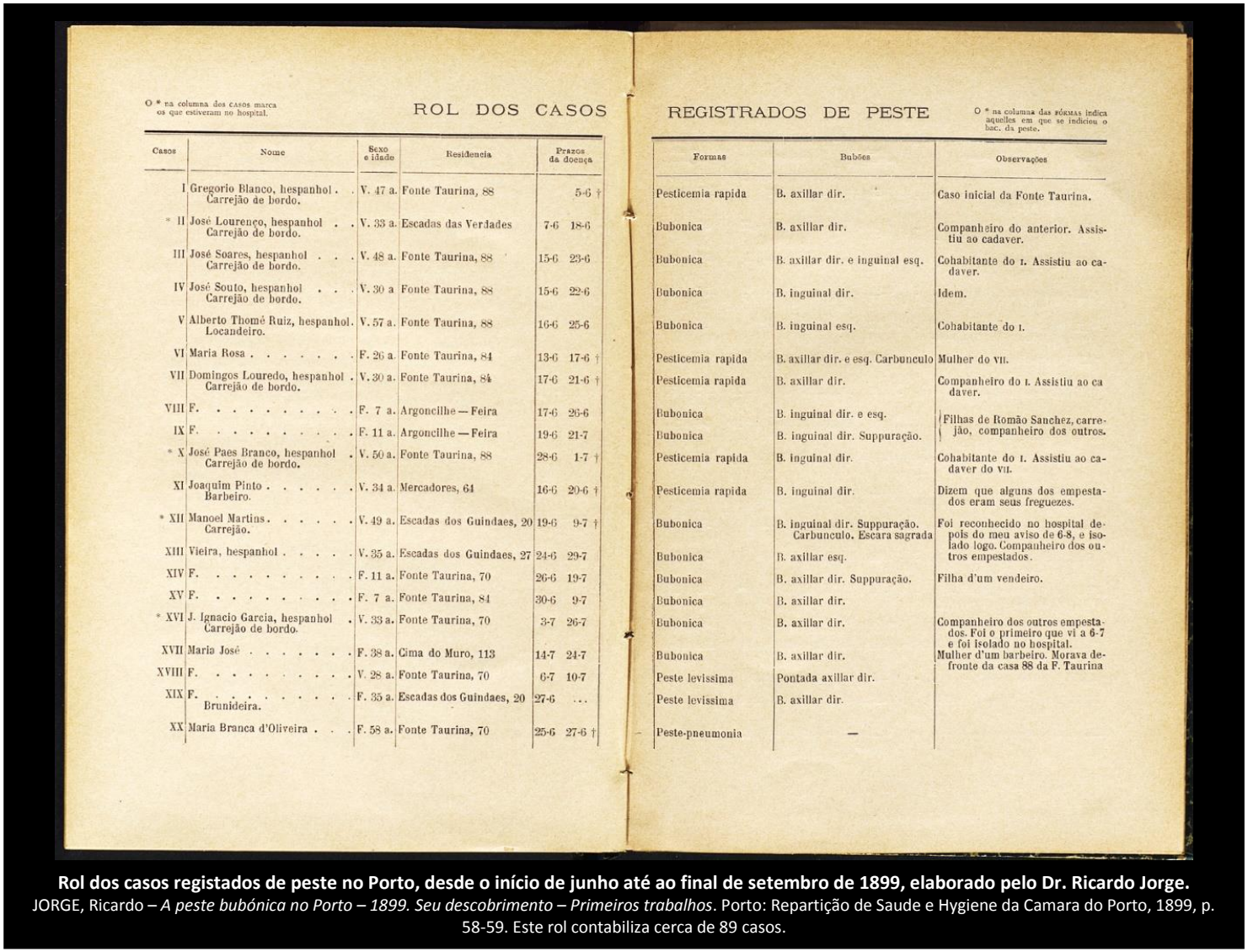
No entanto, Ricardo Jorge ia observando e registando minuciosamente as ocorrências que eram detetadas, percebendo-se a fácil disseminação da peste para freguesias da periferia, como Campanhã, Ramalde, Foz do Douro ou até mesmo para concelhos limítrofes, como foi o caso de Vila Nova de Gaia, de onde alguns doentes eram naturais e para onde eram enviados ao cuidado das respetivas famílias[21]. Mas muitos epidemiados passavam despercebidos, adoecendo e morrendo sem se saber que tinham contraído a peste bubónica. E casos houve de quem simplesmente tivesse morrido na rua, como o do carrejão José Póvoas, das Escadas do Barredo, a 27 de agosto daquele fatídico ano de 1899[22].

[19] JORGE, Ricardo – *A peste bubónica no Porto – 1899. Seu descobrimento – Primeiros trabalhos*. Porto: Repartição de Saude e Hygiene da Camara do Porto, 1899, p. 29-30 (Relatório de 28 de agosto de 1899).
[20] *O Comércio do Porto*. Ano XLVI, n.º 198 (22 de agosto de 1899), p. 1.
[21] Foi o caso de duas irmãs, Maria Rosa e Rosa de Jesus, de 17 e 14 anos respetivamente, ambas criadas de servir na mesma casa da Travessa de S. João, e que foram pelo patrão mandadas para Coimbrões (Santa Marinha), tendo sobrevivido à doença. Igualmente foi o caso de dois jovens de 14 anos, ambos caixeiros de uma mercearia da Rua de S. João, e que foram enviados para as respetivas famílias em Oliveira do Douro. Tratava-se de Artur Franqueira e José Soares, sendo que este último não resistiu à doença.
[22] JORGE, Ricardo – *A peste bubónica no Porto – 1899. Seu descobrimento – Primeiros trabalhos*. Porto: Repartição de Saude e Hygiene da Camara do Porto, 1899, [Caso XXVII, p. 60-61].

Ricardo Jorge insistia na aplicação de medidas profiláticas fortes, tendo em vista combater as condições em que a peste se desenvolvia. Por essa razão, foram ativadas medidas sanitárias que obrigavam à higiene pessoal, como os banhos, promovendo-se a construção de balneários públicos.

Mas a solução defendida por Ricardo Jorge ia além da prevenção da disseminação da peste, não só isolando os doentes, como a própria cidade.

No entanto, os banhos obrigatórios, as casas e as roupas queimadas quando os médicos e os subdelegados de saúde efetuavam visitas domiciliárias, acompanhados pela polícia, e encontravam alguém com a peste, e o isolamento obrigatório dos doentes e dos respetivos familiares e vizinhos em hospitais específicos, acabou por ser o motivo de um verdadeiro "pé de guerra" entre a população e os médicos, sobretudo, contra Ricardo Jorge[23].



O * na columna dos casos marca os que estiveram no hospital.

ROL DOS CASOS REGISTRADOS DE PESTE

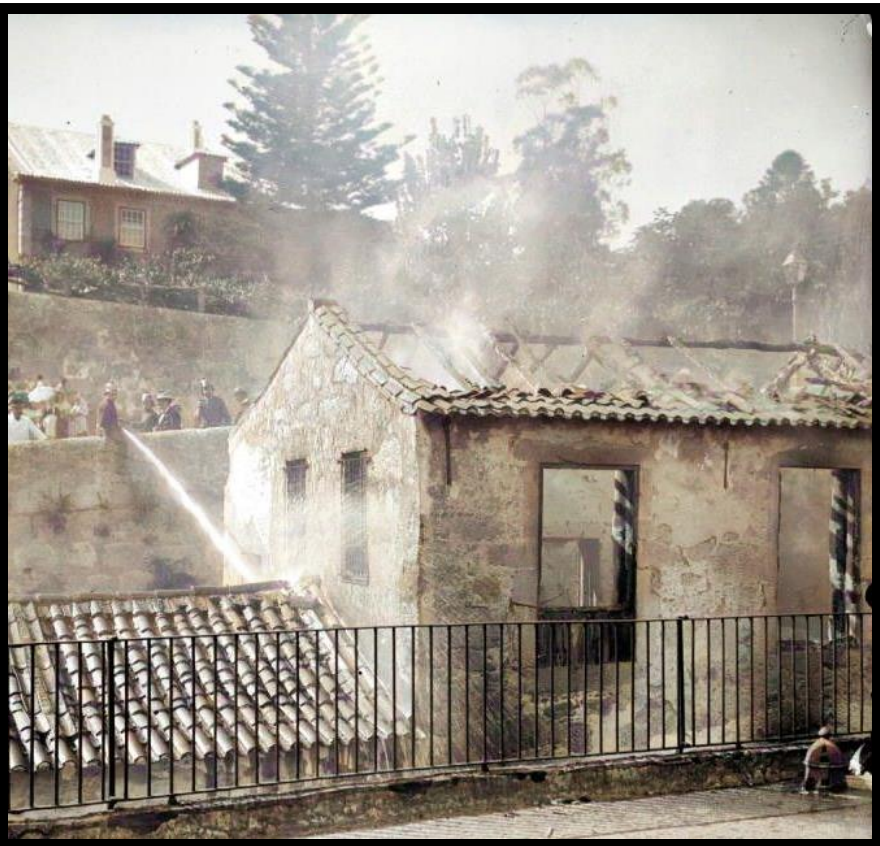
O * na columna das FORMAS indica aquelles em que se indicou o bac. da peste.

Casos	Nome	Sexo e idade	Residencia	Prazos da doença		Formas	Bubões	Observações
I	Gregorio Blanco, hespanhol. Carrejão de bordo.	V. 47 a.	Fonte Taurina, 88		5-6 †	Pesticemia rapida	B. axillar dir.	Caso inicial da Fonte Taurina.
* II	José Lourenço, hespanhol . Carrejão de bordo.	V. 33 a.	Escadas das Verdades	7-6	18-6	Bubonica	B. axillar dir.	Companheiro do anterior. Assistiu ao cadaver.
III	José Soares, hespanhol . . Carrejão de bordo.	V. 48 a.	Fonte Taurina, 88	15-6	23-6	Bubonica	B. axillar dir. e inguinal esq.	Cohabitante do I. Assistiu ao cadaver.
IV	José Souto, hespanhol . . Carrejão de bordo.	V. 30 a	Fonte Taurina, 88	15-6	22-6	Bubonica	B. inguinal dir.	Idem.
V	Alberto Thomé Ruiz, hespanhol. Locandeiro.	V. 57 a.	Fonte Taurina, 88	16-6	25-6	Bubonica	B. inguinal esq.	Cohabitante do I.
VI	Maria Rosa	F. 26 a.	Fonte Taurina, 84	13-6	17-6 †	Pesticemia rapida	B. axillar dir. e esq. Carbunculo	Mulher do VII.
VII	Domingos Louredo, hespanhol . Carrejão de bordo.	V. 30 a.	Fonte Taurina, 84	17-6	21-6 †	Pesticemia rapida	B. axillar dir.	Companheiro do I. Assistiu ao cadaver.
VIII	F.	F. 7 a.	Argoncilhe — Feira	17-6	26-6	Bubonica	B. inguinal dir. e esq.	Filhas de Romão Sanchez, carrejão, companheiro dos outros.
IX	F.	F. 11 a.	Argoncilhe — Feira	19-6	21-7	Bubonica	B. inguinal dir. Suppuração.	
* X	José Paes Branco, hespanhol . Carrejão de bordo.	V. 50 a.	Fonte Taurina, 88	28-6	1-7 †	Pesticemia rapida	B. inguinal dir.	Cohabitante do I. Assistiu ao cadaver do VII.
XI	Joaquim Pinto . . . . . Barbeiro.	V. 34 a.	Mercadores, 64	16-6	20-6 †	Pesticemia rapida	B. inguinal dir.	Dizem que alguns dos empestados eram seus freguezes.
* XII	Manoel Martins. . . . . Carrejão.	V. 49 a.	Escadas dos Guindaes, 20	19-6	9-7 †	Bubonica	B. inguinal dir. Suppuração. Carbunculo. Escara sagrada	Foi reconhecido no hospital depois do meu aviso de 6-8, e isolado logo. Companheiro dos outros empestados.
XIII	Vieira, hespanhol	V. 35 a.	Escadas dos Guindaes, 27	24-6	29-7	Bubonica	B. axillar esq.	
XIV	F.	F. 11 a.	Fonte Taurina, 70	26-6	19-7	Bubonica	B. axillar dir. Suppuração.	Filha d'um vendeiro.
XV	F.	F. 7 a.	Fonte Taurina, 84	30-6	9-7	Bubonica	B. axillar dir.	
* XVI	J. Ignacio Garcia, hespanhol . Carrejão de bordo.	V. 33 a.	Fonte Taurina, 70	3-7	26-7	Bubonica	B. axillar dir.	Companheiro dos outros empestados. Foi o primeiro que vi a 6-7 e foi isolado no hospital.
XVII	Maria José	F. 38 a.	Cima do Muro, 113	14-7	24-7	Bubonica	B. axillar dir.	Mulher d'um barbeiro. Morava defronte da casa 88 da F. Taurina
XVIII	F.	V. 28 a.	Fonte Taurina, 70	6-7	10-7	Peste levissima	Pontada axillar dir.	
XIX	F. . . . . Brunideira.	F. 35 a.	Escadas dos Guindaes, 20	27-6	...	Peste levissima	B. axillar dir.	
XX	Maria Branca d'Oliveira . . .	F. 58 a.	Fonte Taurina, 70	25-6	27-6 †	Peste-pneumonia	—	

Rol dos casos registados de peste no Porto, desde o início de junho até ao final de setembro de 1899, elaborado pelo Dr. Ricardo Jorge.
JORGE, Ricardo – *A peste bubónica no Porto – 1899. Seu descobrimento – Primeiros trabalhos*. Porto: Repartição de Saude e Hygiene da Camara do Porto, 1899, p. 58-59. Este rol contabiliza cerca de 89 casos.

[23] ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – *As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p. 696-697.

Mas muito mais célere que a propagação da doença, foi o receio que se instalou entre a população, não pela peste propriamente dita, mas pela antevisão dos cortes no abastecimento de alimentos e bens de primeira necessidade. Esse temor levou a que milhares de pessoas que tinham essa possibilidade abandonassem a cidade – expondo assim o restante território ao perigo de contágio. De acordo com a imprensa da época, cerca de 20 a 40 mil pessoas fugiram da cidade assim que o estabelecimento de um cordão sanitário foi dado como certo.



Peste [Bubónica no Porto: medidas de desinfeção por queima das habitações pelos bombeiros], 1899.
Centro Português de Fotografia. Aurélio da Paz dos Reis (PT-CPF-APR-001-001-002931).
Imagem colorida em MyHeritage In Color.

Entretanto, a cidade começava a ficar cerceada na sua liberdade de circulação de pessoas e mercadorias. A ideia cada vez mais premente de impor um cordão sanitário ao Porto merecia as mais duras críticas por parte dos homens de negócio da cidade, a que se associou o presidente da edilidade, João Batista de Lima Júnior, ele próprio um considerado comerciante, o qual superiormente instou a suspensão daquela medida:

Chegou-se a falar hontem em cordão sanitario! Nasceu em certas gazetas de Lisboa e floresceu até á junta de saude essa peregrina ideia. No Porto foi recebida com um mixto de zombaria e de protesto. Ainda assim, havia muito quem confiasse em que tão longe não iria a insania. Todavia, o digno presidente da camara municipal entendeu prevenir o snr. presidente do conselho e dirigiu-lhe o seguinte telegrama:

«Urgente – Exc.mo presidente do conselho de ministros, Lisboa. – Tendo dous jornaes de Lisboa noticiado que ia ser isolada a cidade do Porto, em nome da ordem publica e de interesses valiosissimos, perfeitamente conciliáveis com os da saude publica sem medidas extremas, inuteis e prejudicialissimas, peço a v. exc.ª que mande suspender similhante determinação»[24].

[24] *O Comércio do Porto*. Ano XLVI, n.º 198 (22 de agosto de 1899), p. 1. Dias depois, na sequência do estabelecimento do cordão sanitário, o presidente da Câmara do Porto apresentou a sua demissão pois considerou ser uma medida de ingerência do governo central de Lisboa nos negócios da cidade, destruindo a vida local (*O Comércio do Porto*. Ano XLVI, n.º 207 (2 de setembro de 1899), p. 1-2.)

A velha urbe portuense, liberal e mercantil, com uma indústria em pujante desenvolvimento, via-se, de repente, prejudicada por uma decisão que considerava arbitrária, excessiva e lesiva dos interesses económicos não só dos patrões como dos empregados. Tais receios tinham eco no principal diário do Porto:

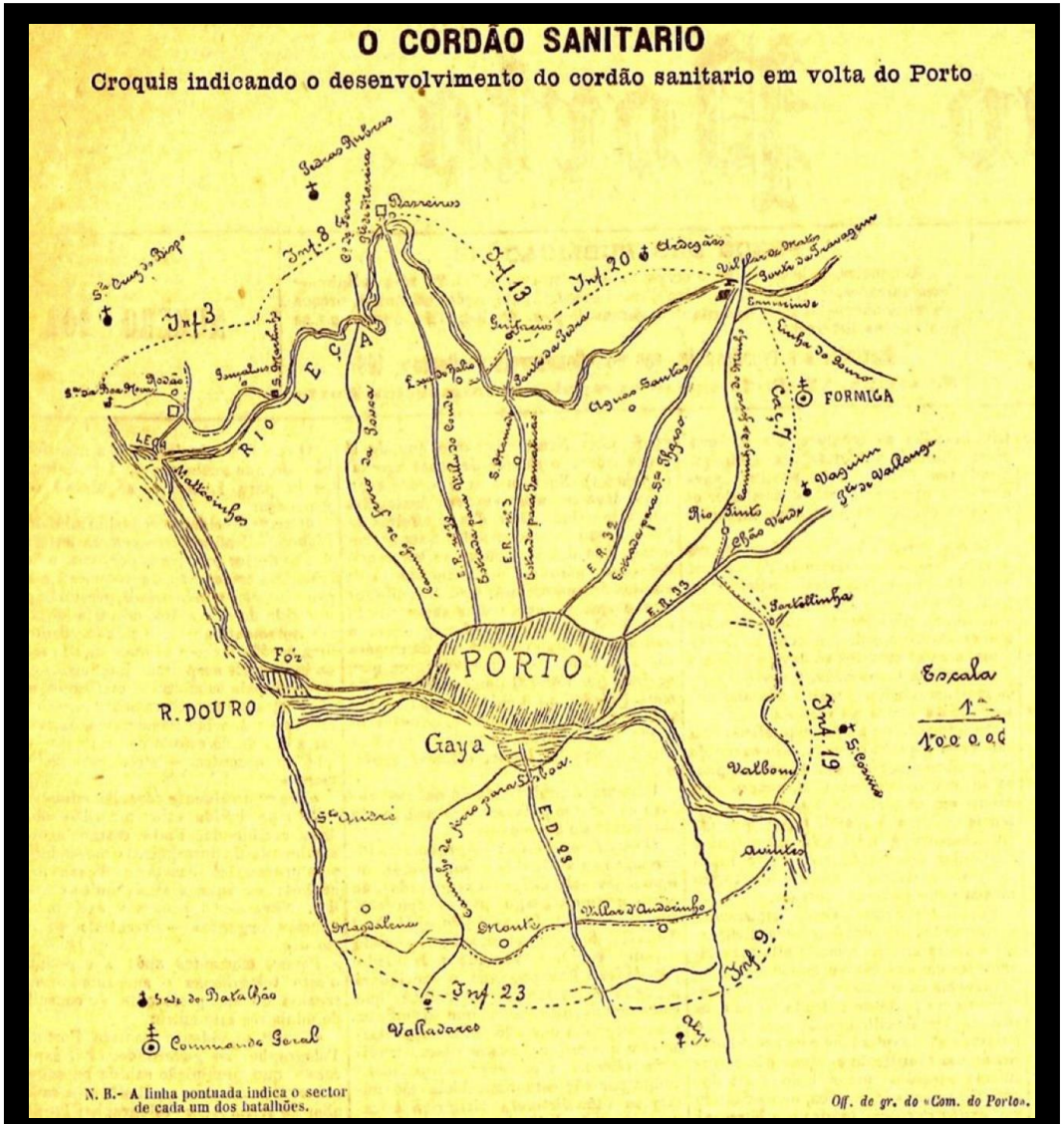
É profundissimo o desgosto que as chamadas medidas sanitarias estão provocando. Ninguém se entende n'este dédalo de ordens, que não obedecem a um plano sensatamente elaborado. Começou-se por onde deveria acabar-se. Começou-se por cortar as comunicações, quando deveria começar-se por estabelecer os serviços de desinfecção. Se se tivesse procedido por melhor fórma, evitar-se-hia as perturbações na vida económica do paiz, que se estão manifestando com negras côres; evitar-se-hia ao commercio a paralysação dos seus negocios, que representam a alma do paiz e não pódem ficar á mercê de desvarios; obstar-se-hia a que a industria veja ameaçada a sua actividade e com ella comprometida a subsistencia de milhares de operarios, que compram o seu pão com os salarios ganhos nas fabricas. [25]

A Peste Bubónica vista do Porto e de Lisboa, 1899.
Diário de Notícias, 21 de agosto de 1899, p. 1.
(apresentado por ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – *As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918.* História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p. 697)

Mas Lisboa receava que a peste se alastrasse a todo o país e que a vizinha Espanha encerrasse as fronteiras, o que conduziria a elevados prejuízos económicos. Assim, logo após as primeiras medidas tomadas pela equipa governamental de Luciano Castro para limitar a circulação de pessoas e mercadorias a partir do Porto, a opção por um cordão sanitário ganhava cada vez mais realismo.

No entanto, é de ressalvar que a população do Porto não estava convencida da gravidade da situação sanitária, uma vez que o próprio governo central de Lisboa nunca enviara qualquer delegação para averiguar *in loco* os acontecimentos. E, perante o avolumar dos prejuízos económicos entretanto sentidos e as crescentes ameaças da imposição de uma cerca sanitária à cidade, a Associação Comercial do Porto dirigiu uma representação ao governo, apelando à tomada de decisões prudentes e sensatas:

[25] *O Comércio do Porto*. Ano XLVI, n.º 198 (22 de agosto de 1899), p. 1.



O cordão sanitário do Porto que vigorou de 24 de agosto a 22 de dezembro de 1899.
O Comércio do Porto. Ano XLVI, n.º 202 (26 de agosto de 1899), p. 2.

(…) A epidemia que recentemente se declarou n'esta cidade (…) e as providencias de ordem administrativa que n'estes ultimos dias foram postas em pratica, no intuito não só de debelar a doença, mas tambem de evitar a sua propagação para além do local d'onde primitivamente irrompeu, téem causado em toda a população portuense uma extraordinaria exaltação de espirito, derivada não do receio do maior vulto que tomem as consequências fataes da epidemia em si mesma, que todos confiam que hajam de limitar-se ao numero restrito e á benignidade dos casos observados, (…) mas sobretudo (…) do excessivo radicalismo e da confusão de certas disposições que ahi vigoram a pretexto de protecção da saude publica, as quaes, sem servirem de modo algum este louvável intuito, a cada passo estão embaraçando a acção da laboriosa cidade do Porto nas suas relações afóra da respectiva área, com gravissimo prejuizo parauma representação ao governo central, muitos interesses que aqui se encontram estabelecidos, podendo mesmo dizer se que este radicalismo, e o quasi furor das providencias dimanadas de Lisboa, são, no momento actual, o maior e o mais damnoso flagelo que existe n'esta cidade.

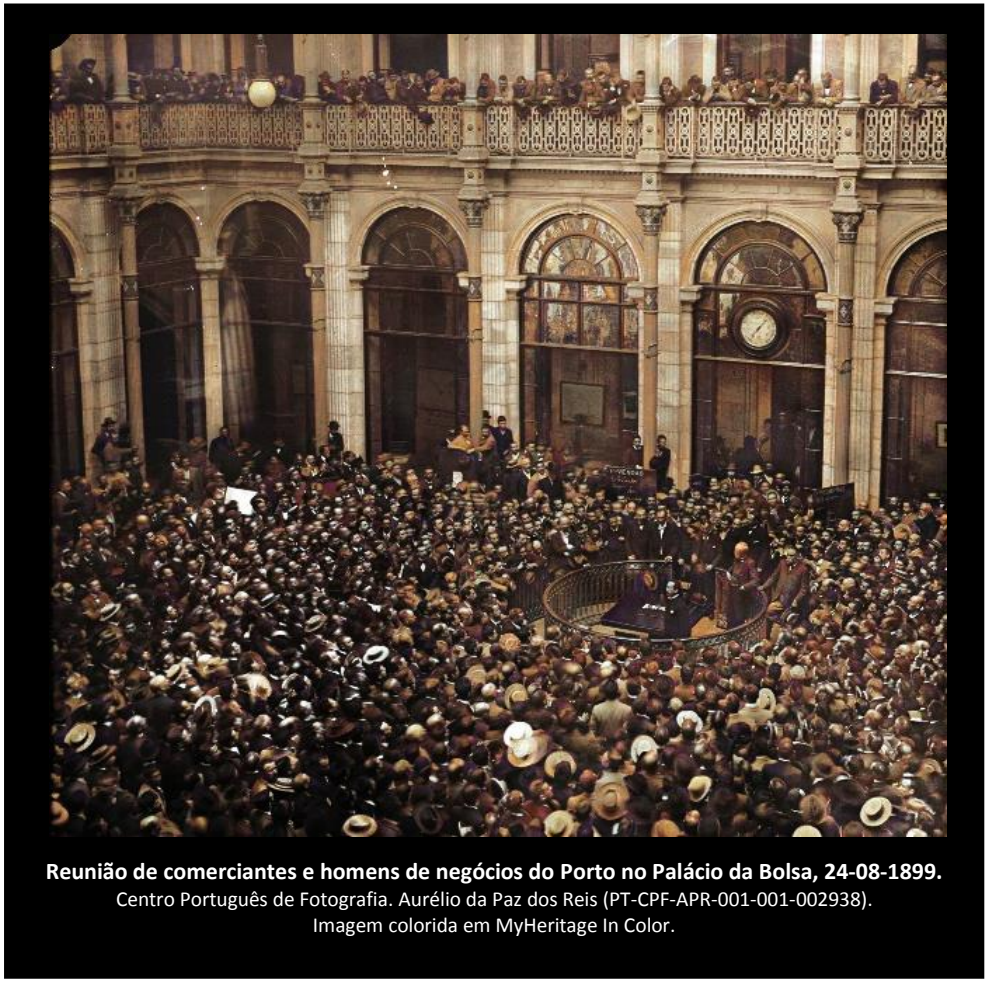
O commercio e a industria locaes, que muito estão sofrendo com um tal estado de cousas e que se vêem já a dous passos da calamitosa extremidade da paralysação das suas operações, constantemente estão delegando comissões e enviando queixas á sede da Associação Comercial do Porto, defensora legitima e cuidadosa dos seus grandes e attendiveis interesses, a fim de que esta corporação represente ao governo (…) não só os embaraços e prejuizos da situação creada, como tambem os perigos e funestas complicações de ordem social que ella póde acarretar para muito breve.

(…) É este o conselho que havemos incessantemente procurado espalhar, como é tambem nossa convicção que, por outro lado, o governo se não deixará influir dos sentimentos e imposições de terror infundado e até inconsciente que lavra em certos pontos do paiz, nomeadamente na capital,

procedendo n'este caso com a serenidade e madureza que lhe é própria, sem optar por alvitres e meios violentos que ahi se sugerem, mas que as circumstancias de modo nenhum reclamam. (…) [Subscreve a Direção da ACP, 21 de agosto de 1899]. [26]

Ainda no decorrer dessa semana, precisamente a 24 de agosto de 1899, era oficialmente decretado e imposto um cordão sanitário ao Porto, abrangendo um vasto *hinterland* da cidade. O cordão sanitário em volta do Porto era vigiado por vários batalhões de Infanteria (num total de 2.500 militares) e abrangia, a Norte: Senhora da Boa Nova a Barreiros, Santa Cruz do Bispo a Pedras Rubras, de Barreiros a Gueifães, de Gueifães à Ponte da Travagem e Ardegães; a Leste: da Ponte da Travagem por Ermesinde até à Portelinha, passando por Baguim e Formiga, da Portelinha a Avintes, passando por S. Cosme (Gondomar); a Sul: de Avintes a Lijó (Vilar de Andorinho), Valadares e Madalena.

Face ao decreto que impunha o cerco sanitário ao Porto, centenas de comerciantes e homens de negócios daquela cidade reuniram-se no Palácio da Bolsa, no próprio dia 24 de agosto, para discutir os impedimentos provocados por tal medida à economia da cidade. O condicionamento da entrada e saída de produtos precipitou a interrupção da atividade fabril e os despedimentos seguiram-se, originando uma vaga de alarme e de desespero entre a população.



Reunião de comerciantes e homens de negócios do Porto no Palácio da Bolsa, 24-08-1899.
Centro Português de Fotografia. Aurélio da Paz dos Reis (PT-CPF-APR-001-001-002938).
Imagem colorida em MyHeritage In Color.

Mas entre a população gerou-se um sentimento de desconfiança em relação à verdadeira perigosidade da epidemia. E num contexto em que, por um lado, a imprensa portuense promovia a acalmia dos ânimos e, em que, por outro lado, o quotidiano e a economia das pessoas eram altamente condicionados pelas medidas do governo central, os portuenses acabaram por ver no médico municipal – o Dr. Ricardo Jorge -, o grande culpado.

E por várias vezes a população do Porto manifestou impetuosamente esse desagrado. Um deles foi motivado pelo suicídio de Maria de Oliveira Pinho, mãe de duas crianças e viúva de António Rodrigues dos Santos, envernizador de 26

[26] *O Comércio do Porto*. Ano XLVI, n.º 198 (22 de agosto de 1899), p. 1 e 2.

Montra de estabelecimento comercial no Porto onde se satirizava a figura do Dr. Ricardo Jorge, "O Homem da Sciencia" ou "Inspector da Peste" que se diz afirmar "Faço justiça por minhas mãos", 1899.
Centro Português de Fotografia. Aurélio da Paz dos Reis (PT-CPF-APR-001-001-003581).

anos, da Rua Escura, e a quem o clínico diagnosticara uma "pestecemia rápida", tendo falecido a 15 de agosto de 1899. Logo após o funeral da viúva, uma multidão enfurecida dirigiu-se à suposta casa de Ricardo Jorge, na Rua do Almada, apedrejando-a violentamente. Mas era a casa do pai, já não vivendo ali o clínico. A cidade não lhe reconhecia crédito, insultando-o em plena rua e ridicularizando as suas diretrizes.

A situação de animosidade crescente contra Ricardo Jorge – o qual chegara a ser injuriado em público e desacreditado nos jornais da cidade –, levou-o a partir para Lisboa, aceitando ocupar o lugar de diretor-geral da *Saúde e Beneficência Pública*, a 18 de outubro de 1899. Aí criou o *Instituto Central de Higiene* ainda em 1899, e tomou a seu cargo a reforma dos serviços sanitários, adaptando-os ao novo contexto científico.[27] Câmara Pestana continuou no Porto, estudando a peste bubónica, mas acabou por ser infetado, falecendo em Lisboa a 15 de novembro de 1899.

A epidemia da peste bubónica tornou-se conhecida e expôs, internacionalmente, as fracas condições de vida dos residentes da zona ribeirinha do Porto e mesmo de Vila Nova de Gaia, onde habitações sombrias, pouco ventiladas e sobrelotadas potenciavam a disseminação do bacilo de *Yersin*.

Êxodo em massa, limitações no fornecimento à cidade, crescente desemprego, ceticismo e grandes ajuntamentos públicos precipitaram o Porto e o país para um cenário de caos que permitiu uma maior propagação desta doença. Foram 112 as vítimas mortais e 320 os casos registados deste surto, só no Porto, onde foi considerada extinta em janeiro de 1900[28].

[27] SALGADO, Maria da Conceição Cordeiro – *A emigração portuguesa para o Brasil, no contexto das grandes migrações europeias: o caso do Distrito de Bragança* (p. 196). Disponível em http://hdl.handle.net/11067/4338

[28] ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – *As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p. 698.

O TIFO EXANTEMÁTICO, A GRIPE ESPANHOLA E A VARÍOLA (1917-1919)

As deficientes condições de vida urbana e a proliferação da pobreza continuavam bem presentes na realidade urbana portuguesa, sobretudo na portuense, onde os vários estratos sociais, mais ou menos endinheirados, coexistiam "porta com porta", anulando qualquer distância espacial entre as classes.

E eram imensos os deserdados da higiene que pululavam na cidade, a qual, aliás, não primava pelo asseio público. Tudo isto contribuía, em pleno século XX, para simplificar a disseminação das doenças infectocontagiosas:

Falta de limpeza. Moradores da rua do Loureiro pedem-nos para chamar a attenção de quem compete, para o estado deveras vergonhoso em que se encontra aquelle local, principalmente junto á estação de S. Bento, onde se nota um cheiro nauseabundo. Para bem da hygiene, urge, pois, que a repartição competente dê as providencias que o caso requer.[29]

Contudo, numa época de pestes constantes em que as medidas efetivas para travar o problema da salubridade e da higiene públicas tardaram em aparecer[30], terá sido absolutamente decisiva a situação vivida no Porto com a peste bubónica de 1899, pois foi a partir dessa altura que se iniciou um processo de políticas de obras públicas de cariz higienista, através das quais se resolvesse, por fim, a questão da melhoria das condições de vida na cidade. No entanto, sabe-se que esse processo foi muito demorado e durante anos não saiu da teoria, pois as várias administrações do município portuense não conseguiram, até 1909, dar resposta à situação. Foram incontáveis as questões debatidas nos jornais, nos variadíssimos opúsculos e muitas

Pessoas à saída da Estação de São Bento. Porto, *ca*. 1918
Arquivo Municipal do Porto. Foto Guedes (Id 300335).

[29] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 202 (27 de agosto de 1918), p. 1.
[30] É de salientar que o forte *deficit* da balança comercial e os enormes endividamentos das principais companhias e da banca da cidade atrasavam o processo.

Vista parcial da movimentada Rua Escura, na zona histórica, destacando-se a afluência de pessoas que por aquela artéria passavam, no início do séc. XX. Porto, *ca*. 1910.
Arquivo Municipal do Porto. Foto Guedes (Id 302289).

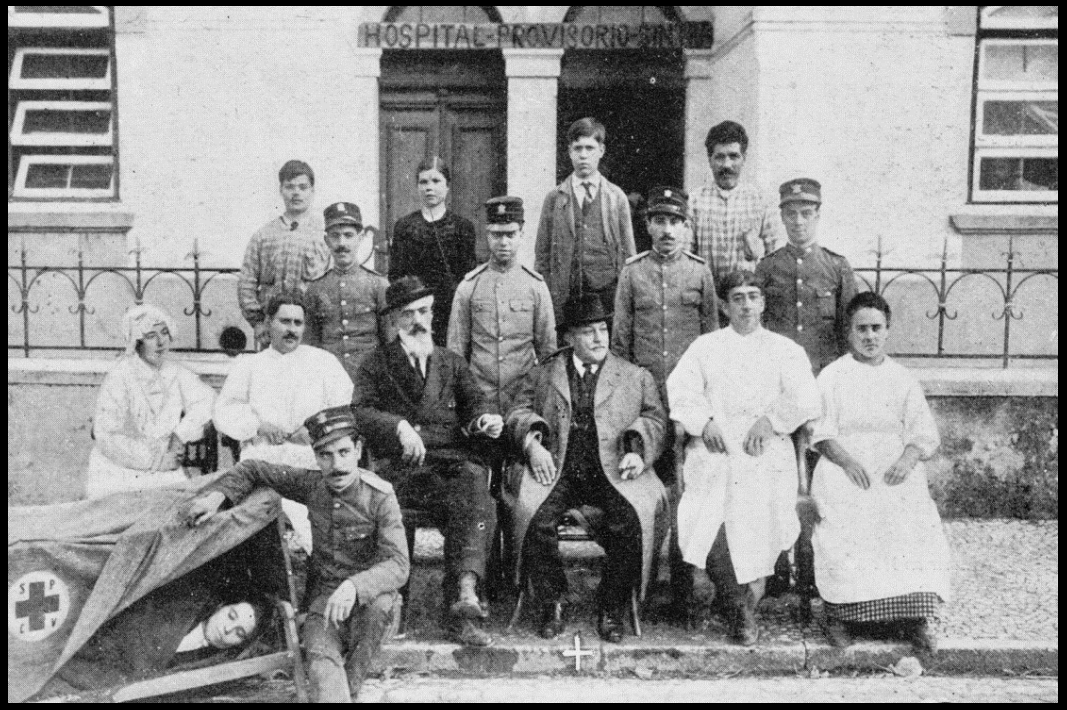
foram as teses académicas defendidas nos diversos meios, num ambiente de fim de ciclo, progressivamente decadente, em que o Porto definhou, perdeu peso político, económico, financeiro e cultural. Contudo, sob a égide de Francisco Pinto Bessa e de Augusto Correia de Barros (presidentes da CMP), começaram a ser elaborados os primeiros estudos e trabalhos concretos de transformação urbanística da cidade, ultrapassando-se a indefinição angustiante dos mandatos anteriores, rumo à consolidação de uma cidade contemporânea à luz dos padrões europeus mais avançados.[31]

De 1918 a 1919, a pandemia internacionalmente designada por "gripe espanhola" alastrou em Portugal, de norte a sul, ficando aqui conhecida como "pneumónica", tendo vitimado mais de cem mil pessoas no nosso país onde, em simultâneo, se registaram epidemias de tifo exantemático, varíola e difteria.

[31] MESQUITA, Mário João - *O espaço da cidade como arena do confronto das ideias: o caso portuense na transição entre os séculos XIX e XX – Processos democráticos e formas de democracia em contexto urbano*. In Atas II Congresso O Porto Romântico. Porto: CITAR-Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, 2016, p. 402-403.

Epidemias no Porto (1917-1919)[32]

dez-17	jan-18	fev-18	mar-18	abr-18	mai-18	jun-18	jul-18	ago-18	set-18	out-18	nov-18	dez-18	jan-19	fev-19	mar-19	abr-19	mai-19	jun-19	jul-19	ago-19
TIFO EXANTEMÁTICO																				
						GRIPE PNEUMÓNICA														
						VARÍOLA														



«Visita do provedor da Misericórdia de Cintra ao hospital provisório estabelecido n'aquela vila para debelar a epidemia pneumónica e que prestou serviços importantes.»
Ilustração Portugueza, n.º 670, 23-12-1918: 516. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

[32] Gráfico elaborado a partir de informação retirada de ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – *As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p. 704

O TIFO EXANTEMÁTICO

No Porto, a epidemia do tifo exantemático – ou epidémico –, manifestou-se em dezembro de 1917 e prolongou-se até agosto de 1919, tendo provocado cerca de 1.481 óbitos em 9.035 contagiados. A transmissão da doença ocorria através dos piolhos, pelo que, tanto as medidas higiénicas como os tratamentos aplicados incidiam na remoção desses parasitas. Assim, as ações sanitárias postas em prática pugnavam pela remoção dos piolhos, higiene e desinfeção do corpo, das roupas e das casas; pelos banhos públicos obrigatórios e pela queima das casas e de todo o mobiliário e roupas; pelo isolamento dos doentes, da respetiva família e vizinhos; pelas visitas sanitárias (rebuscas) efetuadas pelos delegados de saúde acompanhados da polícia; e pelo encerramento das escolas. O tratamento científico do tifo exantemático era desconhecido na altura, pelo que se apostava em certos produtos considerados eficazes: água, sabão, petróleo, benzina e essência de terebentina para a remoção dos piolhos; naftalina para prevenção de piolhos nas roupas; queima de enxofre para desinfeção das roupas; e cal para a limpeza das casas.

Transeuntes na Rua Conselheiro Veloso da Cruz, uma das principais artérias de Vila Nova de Gaia. *Ca.* 1920.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. Camilo José de Macedo (Id 63073).

No caso de Vila Nova de Gaia, esta epidemia grassou com bastante intensidade no município durante o ano de 1918, tendo a comissão administrativa daquele concelho tomado medidas sanitárias urgentes para debelar a expansão da mesma:

Dá-se conta da correspondencia recebida, (…) sendo lido, entre outros, os officios seguintes: Do Snr. Dr. Almeida Garrett, Commissario do Governo junto da Delegação de Saude do Districto do Porto, dizendo que se mantem grave o estado sanitario d'este concelho [de Gaia] *pelo que resolveu com o Snr. Delegado de Saude tornar extensiva aqui a campanha sanitaria para o que se intensificaram os serviços de rebuscas de casas, isolamento e desinfecções domiciliarias com pessoal e material do Posto de Desinfecção do Porto, visto o posto municipal de Gaya não estar preparado para um serviço tão intenso. Faltando porém um balneario pede para sêr aproveitada a casa presentemente adaptada a estufa de sulfuração e onde esta Camara teve já o balneario, ficando tudo a cargo da Delegação de Saude do Porto que custeará tambem o funcionamento bem como a construção*

de outra estufa de sulfuração. O Snr. Presidente diz que por ser um assunto muito urgente já respondeu ao Snr. Commisario do Governo, acedendo ao seu pedido, o que todos os Snrs. Vogaes aprovam. [33]

Adro da Igreja do Mosteiro de Grijó (Vila Nova de Gaia), Ca. 1920.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. Camilo José de Macedo (Id 62527).

Perante a gravidade que a epidemia de tifo exantemático assumiu no concelho de Vila Nova de Gaia, a postura do respetivo inspetor sanitário – Dr. José Martins de Alte[34] – foi de crucial importância, na medida em que manteve uma atitude de vigilância e de prevenção sanitária constantes.

Por ordem superior, o inspector sanitario, snr. dr. Alte, acompanhado de uma brigada de saude, procedeu hontem a rebuscas de casos de typho em Gaya, nas freguezias de Grijó e Seixezello. N'essas rebuscas não foi encontrado caso algum epidemico, mas apenas de desynteria.[35]

Estas ações sanitárias consistiam nas chamadas "rebuscas" e em desinfeções das habitações, as quais eram, na sua maior parte, muito pobres e pouco salubres. Por outro lado, os indivíduos suspeitos de estarem infestados por parasitas eram obrigados ao "despiolhamento", operação realizada em instalações adequadas para esse efeito e que eram disponibilizadas pela Câmara Municipal:

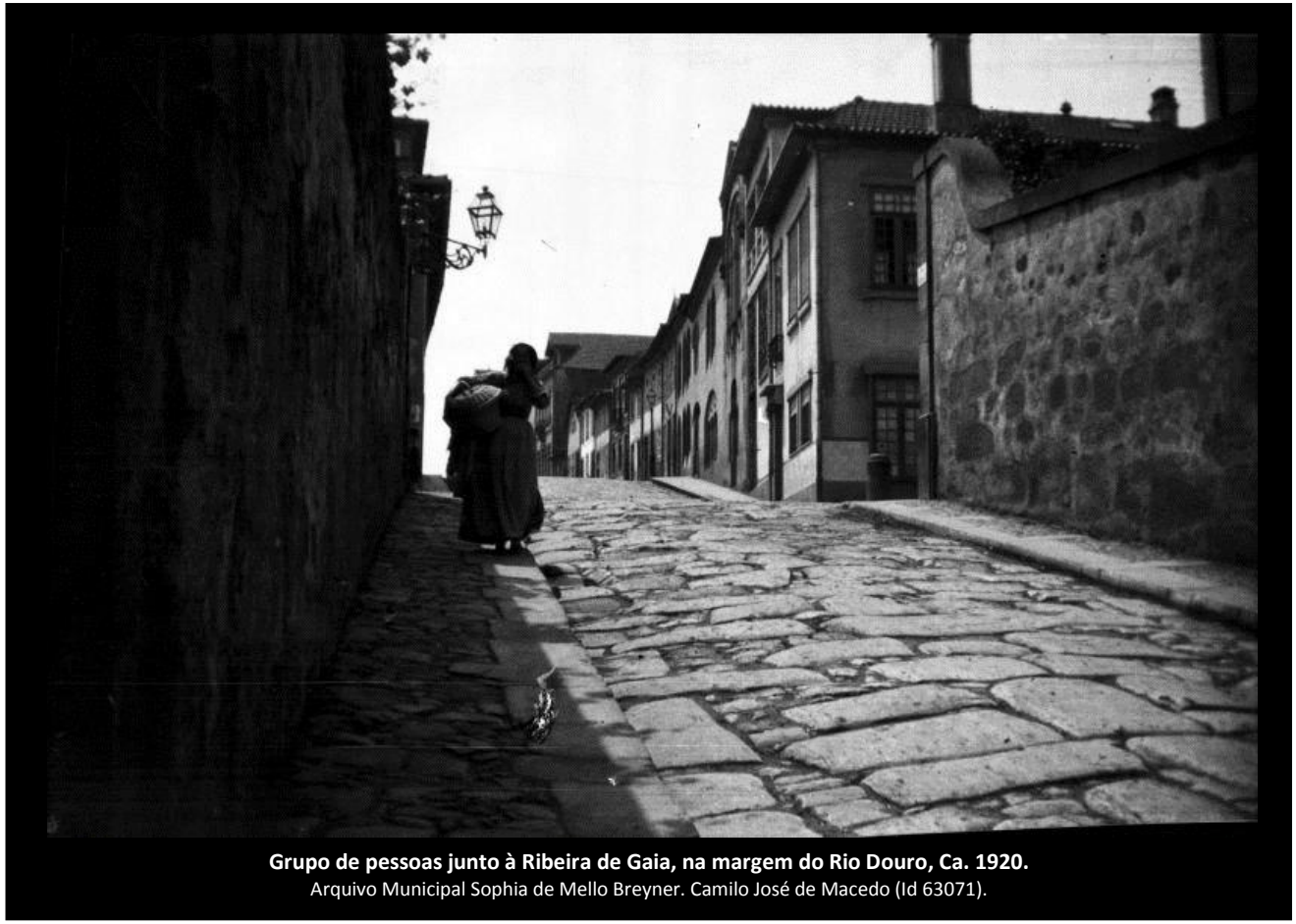
[33] Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. Ata Comissão Administrativa 29 agosto 1918_Lv2 fl 106-106v.
[34] Tratava-se de um conceituado médico pediatra e de clínica geral, que tinha, nesta altura, consultório na Rua do Almada (Porto).
[35] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 209 (4 de setembro de 1918), p. 1.

No populoso visinho concelho de Gaya, onde intensamente grassou no anno findo o typho exanthematico, teem sido feitas diariamente minuciosas rebuscas e rigorosas desinfecções domiciliarias, sobretudo nos bairros e ilhas habitadas pelas classes pobres. Igualmente têem sido conduzidos, sob prisão, ao posto de despiolhamento os indivíduos que faltaram ás intimações para tal fim feitas, bem como aquelles que são encontrados na via publica em pessimo estado de limpeza. Estas medidas sanitarias, que, embora em menor escala, nunca foram postas de parte pelo incansavel inspector de Gaya, snr. Dr. José Martins de Alte, que tão dedicado se tem mostrado no desempenho do seu logar, fizeram com que a doença não atingisse agora a elevada cifra do anno passado. Tudo leva, pois, a crer, que em breve vejamos em plena declinação a epidemia n'aquelle concelho.[36]

Em meados de 1919, as notícias dão conta de que o tifo exantemático começava a decair na cidade do Porto e zonas adjacentes, graças a uma ação perseverante e consistente das autoridades de saúde pública:

Grupo de pessoas junto à Ribeira de Gaia, na margem do Rio Douro, *Ca*. 1920.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. Camilo José de Macedo (Id 63414).

[36] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 67 (21 de março de 1919), p. 1.



Grupo de pessoas junto à Ribeira de Gaia, na margem do Rio Douro, Ca. 1920.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. Camilo José de Macedo (Id 63071).

Tem quasi desaparecido a epidemia do typho exanthematico, podendo dizer-se ser bastante regular o estado sanitario da cidade. De 1 a 7 do corrente trabalharam em toda a area da cidade 23 brigadas sanitarias (…). Foram intimados por essas brigadas 6.032 individuos a irem aos balnearios. Foram fornecidos 4.200 e despiolhados 68 individuos. A policia de sanidade levou aos balnearios, sob prisão, 503 individuos que não obedeceram á intimação e prendeu nas rusgas feitas nos logares frequentados por mendigos e pessoas menos limpas 79 individuos.

A intensa campanha desenvolvida n'este sentido pela delegação de saude vae surtindo os seus efeitos, vendo-se já os balnearios publicos bastante concorridos por pessoas que voluntariamente os procuram. Durante o mesmo periodo de tempo o posto de desinfecção fez conduzir aos hospitais de isolamento 80 individuos suspeitos de atacados de diversas moléstias infeciosas, procedeu a 1473 desinfecções domiciliarias e desinfectou 1563 peças de roupa. Durante os mezes de março, abril e maio, pelo posto de desinfecção publica do Porto, foram distribuídos 440 colchões, vestuários completos a 600 mulheres, 200 homens e 310 creanças.[37]

[37] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 136 (11 de junho de 1919), p. 1.

Cadeia da Relação do Porto, início do séc. XX.
Arquivo Municipal do Porto. Foto Guedes (Id 303115).

No entanto, nessa mesma altura, repetia-se no jornal *O Comércio do Porto*, um apelo à demolição das cadeias da Relação daquela cidade, pois o edifício era considerado um foco de disseminação do tifo exantemático, tendo em conta a vasta quantidade de reclusos epidemiados que ali se encontravam:

Declarou-se, no estado epidemico, o typho exanthematico nas cadeias da Relação do Porto! Será preciso que mais algum cataclysmo surja para se mandar fechar e em seguida arrazar o nefando casarão que é a vergonha da cidade do Porto? Já não é só em nome de triviaes sentimentos humanitarios; é em nome do decoro da cidade que similhante antro carece de desaparecer. É um verdadeiro perigo social! Só faltava vêl-o transformado em fóco de typho exanthematico! Só!... [38]

Recorde-se que, já em 1918, aquele periódico chamava a atenção para as desumanas e insalubres condições em que os presos ficavam detidos no edifício prisional da Relação do Porto.[39]

[38] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 148 (26 de junho de 1919), p. 1.

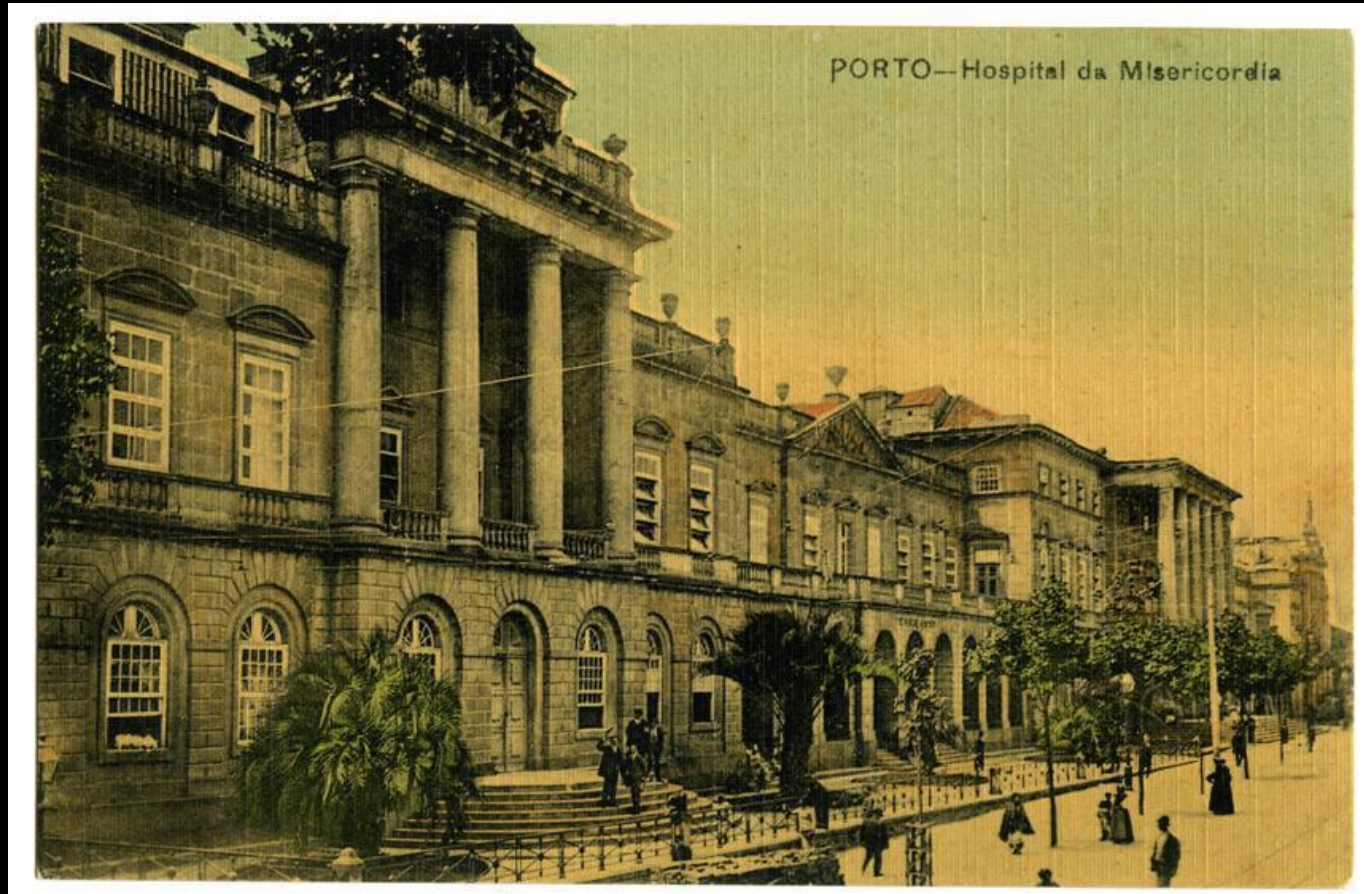
[39] De facto, a 22 de agosto de 1918, este jornal noticiava que "nas cadeias da Relação, casarão que envergonha a cidade do Porto, morreu hontem o preso Camilo José Marques, natural do Porto, que estava pronunciado e aguardava o dia para julgamento. Se não tivesse dado ingresso n'aquelle pavoroso fóco, não haveria a registrar a morte d'este desventurado, que não chegou a ser julgado, para se apurar se seria ou não um culpado. Não nos cansaremos de reclamar o desaparecimento do perigoso casarão". (*O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 198 (22 de agosto de 1918), p. 1). Ainda nesse ano, em outubro, mais uma vez as Cadeias da Relação são notícia naquele jornal: "A dentro do vetusto e insalubre casarão das cadeias da Relação morreu mais um desgraçado que teve a infelicidade de alli ser encarcerado. (…) O

No final do mês de julho de 1919, entende-se que o tifo exantemático se encontra praticamente debelado, pelo que se vão desacelerando as medidas que tinham sido tomadas para o combater. Por outro lado, considera-se que a população estava já mais sensibilizada e rotinada em práticas de higiene.

Póde considerar-se extincta a epidemia do typho exanthematico no Porto, sendo raros os casos verificados. No norte do paiz igualmente a doença já está chegando ao seu termo, e tanto que a missão sanitaria que fôra para Villa Real já regressa ao Parto no fim do mez.

Amanhã também fecham as enfermarias do hospital de Santos Pouzada, ficando a funccionar apenas duas para isolamento de qualquer caso de doença infecciosa que apareça. (…)

Os balnearios publicos continuam a ser multo frequentados, sobretudo pelas classes operarias, augmentando esse movimento desde que todos se vão compenetrando que a limpeza e o asseio do corpo e do vestuario são a fórma mais efficaz de evitar a epidemia.[40]



Fachada principal do Hospital de Santo António. Porto, [1920].
Arquivo Municipal do Porto. Coleção de Postais (Id 46610).

destino, uma vez tendo ingressado n'aquelle terrivel fóco, é quasi sempre uma doença de demorada tortura, ou o cemiterio. Arrazar as cadeias da Relação era uma acção humanitaria e era limpar o Porto d'aquella imensa vergonha." (*O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 237 (6 de outubro de 1918), p. 1).

[40] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 177 (30 de julho de 1919), p. 1.

A GRIPE ESPANHOLA

A pandemia da gripe espanhola[41] irrompe no ano em que termina a Primeira Guerra Mundial, em 1918, num contexto de graves dificuldades económicas e sociais. O impacto que teve sobre a mortalidade - calcula-se que entre 1918 e 1919 terá provocado a morte a mais de 50 milhões de pessoas em todo o mundo - ainda hoje constitui uma marca indelével no imaginário coletivo.

Campo de treino naval Gulfport, Mississippi (EUA): Interior da ala de isolamento do hospital naval durante a epidemia de gripe, 1918-1919.
https://www.history.navy.mil/about-us/leadership/director/directors-corner/h-grams/h-gram-022/h-022-1.html

[41]Atente-se no esclarecimento dado para esta designação: "É óbvio que parece certo que a gripe entrou em Portugal vinda de Espanha, mas a sua designação deve-se, em todo o mundo, ao simples facto de a Espanha não ter entrado na I Guerra e, por isso, não estar a braços com os problemas dela resultantes e com algum sigilo que foi mantido em relação à difusão da gripe pelos países envolvidos na guerra, o que fez com que fosse Espanha o primeiro país a relatar nos jornais a existência da epidemia, e daí a designação internacional". (PINTO, Maria Luísa Rocha in FERREIRA, Antero (coord.) – *A Gripe Espanhola de 1918*. Casa de Sarmento - Centro de estudos do Património | UMinho).

Mercado do Bolhão. Porto, [1920].
Arquivo Municipal do Porto. Coleção de Postais (Id 47052).

A gripe espanhola foi detetada no Porto em junho de 1918 e estendeu-se até dezembro desse ano. O impacto na população portuguesa foi devastador, tendo provocado cerca de 59 mil mortes, embora estudos mais recentes apontem para 135.257 óbitos[42].

Em termos profiláticos, desconheciam-se as medidas para combater o contágio da doença. No entanto, as ações sanitárias assentavam no reforço da higiene geral e da assistência médica; no isolamento dos doentes em hospitais especiais; no encerramento das escolas e consequente adiamento dos exames na universidade; na proibição de feiras e mercados; e na declaração obrigatória das pessoas infetadas.

[42] De acordo com os dados apresentados pelo historiador e antropólogo José Manuel Sobral, o número de óbitos em 1918 foi de 114 836 e, em 1919, foi de 20 421, dos quais cerca de 12 658 e 5 207 ocorreram no distrito do Porto, respetivamente em 1918 e 1919. Face ao número total de óbitos (1918 e 1919) de 135 257 ocorridos em Portugal, o número de óbitos ocorridos no distrito do Porto representa mais de 13% da totalidade. A gripe pneumónica foi, em termos mundiais, a maior epidemia mortífera desde a Peste Negra do século XIV e, porventura, a que mais mortos provocou na história da humanidade. Terá afetado então 500 milhões de pessoas, isto é, um em cada três habitantes do planeta, e provocado um número de mortos elevadíssimo, que tem sido estimado, desde 1991, entre os 30, os 50 e os mais de 100 milhões.

Interior da Farmácia da Porta do Olival (perto da Cordoaria). Porto, *ca*. 1920.
Arquivo Municipal do Porto. Foto Guedes (Id 303495).

Do ponto de vista individual, receitavam-se gargarejos mentolados ou salgados. Mas era ainda desconhecido qualquer tratamento específico, utilizando-se alguns medicamentos com relativo sucesso, nomeadamente: aspirina, sais de quinino, de amónia e purgantes; cafeína; ampolas de óleo de cânfora, sementes de mostarda e de linhaça[43]; chá de borragem; licor amoniacal anizado; sulfato de soda desfeito em água quente ou em limonada citro-magnésica reforçada; soro *antipneumococcus*; carboneto de amoníaco; benzoato de soda; bálsamo Tolu e benjoim; e injeções intravenosas de soro glucosado.

Ainda houve quem recomendasse a velha prática das sangrias e a urotropina[44]. E, acima de tudo, os médicos aconselhavam uma alimentação adequada, o que, para a maioria da população, consistia num tratamento extravagante…

[43] Tratava-se de produtos muito requisitados, faltando amiudadas vezes para administração aos doentes. Aliás, no jornal d'*O Comércio do Porto*, de 24 de outubro de 1918, pode-se ler que "(…) os pharmaceuticos do concelho de Gaya vão informar as auctoridades competentes de que lhes é completamente impossivel cumprir as ultimas determinações do director geral de saude, em virtude de lhes não serem fornecidos os productos necessários, taes como sinapismos, mostarda, petroleo, assucar, etc." (*O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 252 (24 de outubro de 1918), p. 1). No sentido de garantir uma distribuição equilibrada desses produtos, evitando o seu açambarcamento e inevitável encarecimento, o mesmo periódico informava, a 3 de dezembro daquele ano, que tinham sido "distribuidos por todas as esquadras da cidade pacotes contendo 50 grammas de mostarda e 250 grammas de linhaça, a fim de serem vendidos ao publico aos pacotes de 140 e 110 réis, respectivamente." (*O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 286 (03 de dezembro de 1918), p. 1).

[44] Urotropina ou hexametilenotetramina é um composto orgânico. Trata-se de um pó branco, de gosto adocicado, e cheiro que pode lembrar a amónia, sendo muito solúvel em água. É utilizada como ingrediente para certos remédios diuréticos, entre outros.

Em maio de 1918, a gripe difunde-se de norte a sul do país com o retorno dos trabalhadores sazonais alentejanos provenientes de Badajoz e de Olivença, e com a mobilidade propiciada pelas ligações rápidas entre Madrid, Lisboa e Porto. Tratou-se da chamada “primeira vaga”, a qual, vista como uma situação passageira, não despertou apreensão nas pessoas, pese embora o facto de ter merecido muita atenção aos médicos.

Perspetiva de Vila Nova de Gaia, junto à Ponte Luís I, a partir da cidade do Porto. *Ca*. 1920.
Centro Português de Fotografia. Fotografia Alvão, Lda. (PT/CPF/ALV/004726)

Praça do Mercado, Marco de Canaveses, 1904.
https://pt.wikipedia.org/wiki/Marco_de_Canaveses

Em agosto, começou em Vila Nova de Gaia a segunda vaga de epidemia, a mais forte e mais mortal, levando a pneumonias fulminantes e mortes súbitas. Propagou-se por toda a zona do Porto, para noroeste e para as margens do Douro, rapidamente chegando ao Marco de Canaveses, como dá conta esta notícia ainda daquele mês:

Salubridade publica. *À delegação de saude e governo civil d'esta cidade foi comunicado ter aparecido em Marco de Canavezes uma epidemia de caracter infeciosa, sendo grande o numero de pessoas atacadas, incluindo no numero d'estas o medico d'aquella localidade. Para o Marco de Canavezes seguiu hontem uma missão medica, a fim de proceder ao estudo d'aquella epidemia. A delegação da Cruz Vermelha recebeu um telegrama do snr. administrador do concelho do Marco de Canavezes, informando-a da epidemia que lavra n'aquella localidade e freguesias proximas, reclamando serviço sanitario, rigoroso e urgente. (…)* [45]

[45] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 201 (25 de agosto de 1918), p. 1.

A epidemia da gripe pneumónica disseminou-se até à fronteira com Espanha, levada principalmente pelos soldados com licença para regressar às suas terras. Uma outra via de disseminação da doença, nesta altura de veraneio, eram as "idas a banhos" (estâncias balneares) ou "a águas" (termas), sobretudo pelas camadas sociais mais privilegiadas.

Romaria do Senhor da Pedra (Vila Nova de Gaia), 1922.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. Fundo Joaquim Gomes Ferreira Alves (Id 291483).

Mas também as feiras, romarias e vindimas, tão comuns nessa época do ano, motivavam a deslocação de muitas populações e trabalhadores entre diversas regiões, facto que concorria francamente para o rápido contágio. Atento a essa realidade, as feiras foram então proibidas pelo Governo, em outubro de 1918, tendo motivado opiniões controversas:

A influenza pneumónica – É do teor seguinte o parecer do conselho superior de hygiene, aprovado na sessão de hoje e enviado ao snr. ministro da instrucção: "A prohibição das grandes feiras, aglomerações eventuais de gente de diversas procedências, obedeceu á ideia de atalhar a uma causa evitavel de contagio á distancia, que contribuirá para a disseminação epidemica em largas zonas. Hoje, que não há canto do paiz isento de infecção, o defezo das feiras póde ser levantado sem perigo de maior, atentos os interesses económicos e importancia que se ligam á sua realização. (…)" [46]

Os muitos casos de pneumonia fulminante sobressaltaram a população, a qual julgava tratar-se de peste pneumónica, embora as autoridades sanitárias afirmassem que consistia numa manifestação altamente mortal de "influenza", desconhecendo-se, no entanto, as medidas para a combater. O mesmo fenómeno estava a acontecer noutros pontos da Europa, de forma intensa e célere, despertando a atenção imediata da Comissão Sanitária dos Países Aliados, cujo delegado em Portugal era o Dr. Ricardo Jorge (então professor da Faculdade de Medicina, Diretor Geral de Saúde Pública e delegado no Comité do Ofício Internacional de Higiene Pública).[47]

[46] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 257 (30 de outubro de 1918), p. 1.
[47] http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/64699 p. 231.

O microbio da "hespanhola". Amsterdam, 26. – Refere um telegrama de Berlim que o professor Kolle, chefe do instituto de sorotherapia experimental de Francfort, sucessor de Ehrlich, descobriu o microbio da gripe "hespanhola", dizendo que não é o bacillo da influenza mas sim um microbio especial que se desenvolve ao ser cultivado em compridas cadeias. Considera rebatida a opinião de que seja a epidemia da influenza e diz que se trata de uma bacteria de infecção secundaria.[48]

Tendo em conta que se tomava como certo que a propagação da gripe se fazia pelo ar, o higienista Ricardo Jorge achava desnecessárias quaisquer medidas restritivas à circulação de pessoas, pelo que apenas aconselhava a *evitar a permanência em lugares fechados onde haja grandes aglomerações (…), devem arejar-se largamente as habitações e lugares de trabalho. É para aconselhar o uso de preparações desinfetantes das vias nasais e garganta*, sendo *obrigatória a declaração por escrito de todos os casos* de gripe pneumónica detetados.[49] Segundo outro relatório de Ricardo Jorge*, não se oferece profilaxia efectiva e eficaz a exercer contra tal epidemia que não seja a hygiene geral e assistência dos atacados preferentemente em hospital de isolamento.*[50] Mais tarde, as feiras e os mercados foram proibidos e as escolas só iniciaram o ano letivo depois do dia 28 de novembro. Cada município foi dividido em zonas médicas e farmacêuticas, e as receitas nas farmácias eram aviadas gratuitamente aos pobres e indigentes.

"O Manecas está doentinho".
O Século Cómico, n.º 1078 (8 de julho de 1918).

[48] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 178 (27 de julho de 1918), p. 3.
[49] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 140 (15 de junho de 1918), p. 1.
[50] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 227 (25 de setembro de 1918), p. 1.

Em Vila Nova de Gaia, a comissão administrativa daquele município, - face ao aumento verificado de epidemiados da gripe pneumónica verificada em setembro de 1918 –, resolveu reforçar o apoio prestado aos mais necessitados, facilitando o acesso por parte destes aos medicamentos:

O Snr. Presidente informa do incremento que tem tomado a epidemia da gripe pneumonica n'este concelho. Diz que tem pensado nas medidas a tomar para melhorar o sofrimento dos desgraçados mas não vê que mais se possa fazer do que augmentar a verba para fornecimento de medicamentos aos indigentes, por isso propõe que, provisoriamente, sejam auctorizados os farmacêuticos do 2º e 3º circulos sanitarios a fornecer medicamentos aos indigentes até à quantia de 20 escudos mensaes cada um, a principiar no corrente mez, o que é aprovado. [51]

População subindo a Rua Teixeira Lopes, vendo-se a farmácia da Misericórdia de Gaia (lado esquerdo), Ca. 1920
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. Camilo José de Macedo (Id 62981).

[51] Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. Ata da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de 10 de outubro de 1918. Livro 20, fl. 113v (id 297502).

Homem e mulher da zona de Avintes, com traje popular. *Ca*. 1910.
Arquivo Municipal do Porto. Foto Guedes (Id 302751).

As farmácias funcionariam em horário alargado e deveriam estar fornecidas com os medicamentos necessários: aspirina, sais de quinino, de amónia e purgantes; cafeína, ampolas de óleo de cânfora, sementes de mostarda e de linhaça, entre outros. E às *pessoas caritativas e remediadas* era-lhes sugerido que criassem *comissões de socorro* para *acudir aos necessitados*.[52] Esse repto de caridade popular para enfrentar a miséria que se abatia sobre inúmeras famílias pobres, continuava a ser repetido nas páginas dos jornais:

Em diversos pontos (…) teem-se feito bandos precatorios, quermesses e subscrições para minorar a deplorável situação dos pobres que se debatem com a fome, frio e doença. Avintes devia seguir o exemplo, porque ha muito a quem acudir, podendo tomar essa iniciativa o nosso Club, com o concurso das gentis senhoras avintenses.

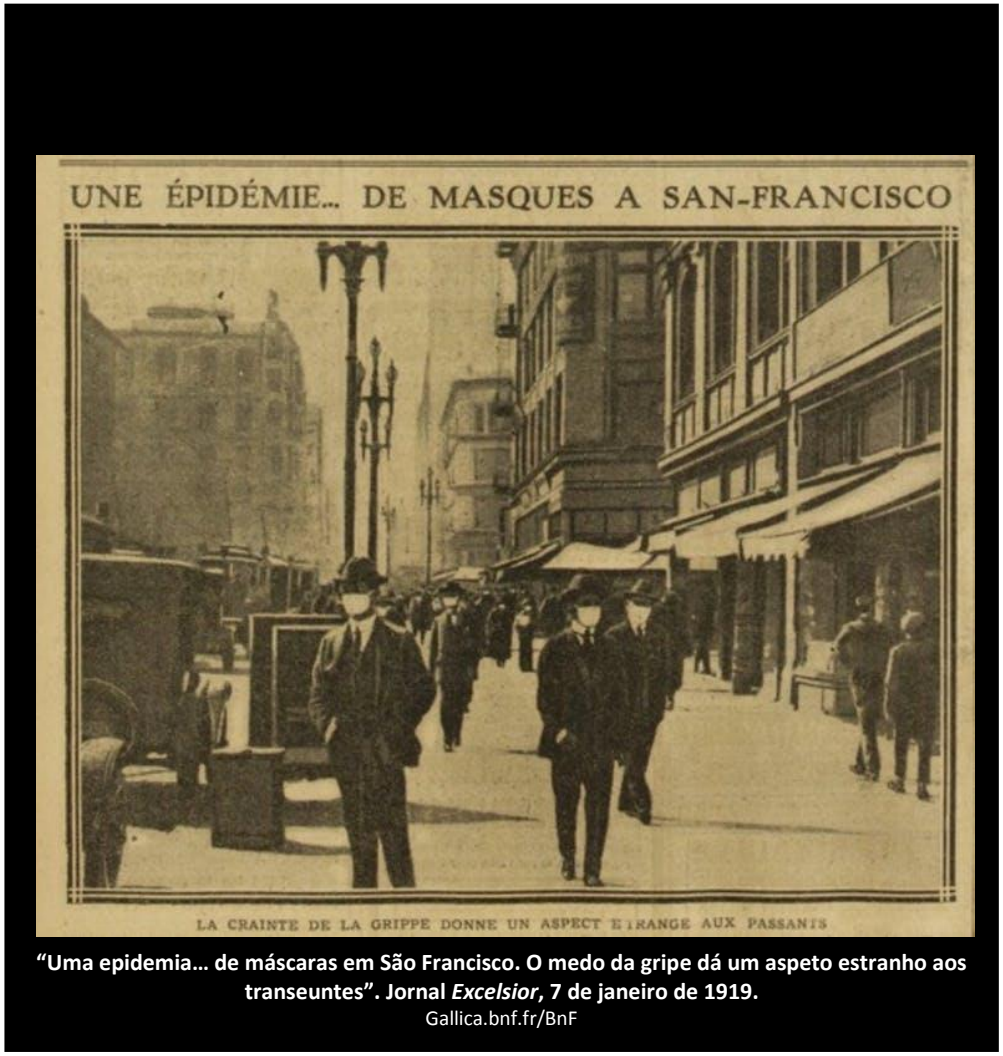
O povo Avintense é generoso, ninguém nega uma esmola, embora pequenina; é preciso quem se proponha a esse espinhoso passo.[53]

[52] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 232 (1 de outubro de 1918), p. 2.
[53] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 264 (7 de novembro de 1918), p. 1.

Nesse ano não se registou qualquer alusão ao uso de máscaras faciais por parte dos profissionais de saúde em Portugal. No entanto, ressalta uma notícia sobre São Francisco, na Califórnia, onde esse hábito sanitário terá sido implantado com sucesso na população:

Os americanos aplicam á prophylaxia da grippe medidas singularmente enérgicas. Em S. Francisco da California foram prohibidas quaisquer reuniões e os habitantes trazem umas mascaras apropriadas, tanto na rua, como nos estabelecimentos commerciaes, para os preservarem dos efeitos dos micróbios do ar. E o caso é que a epidemia decresceu rapidamente. [54]

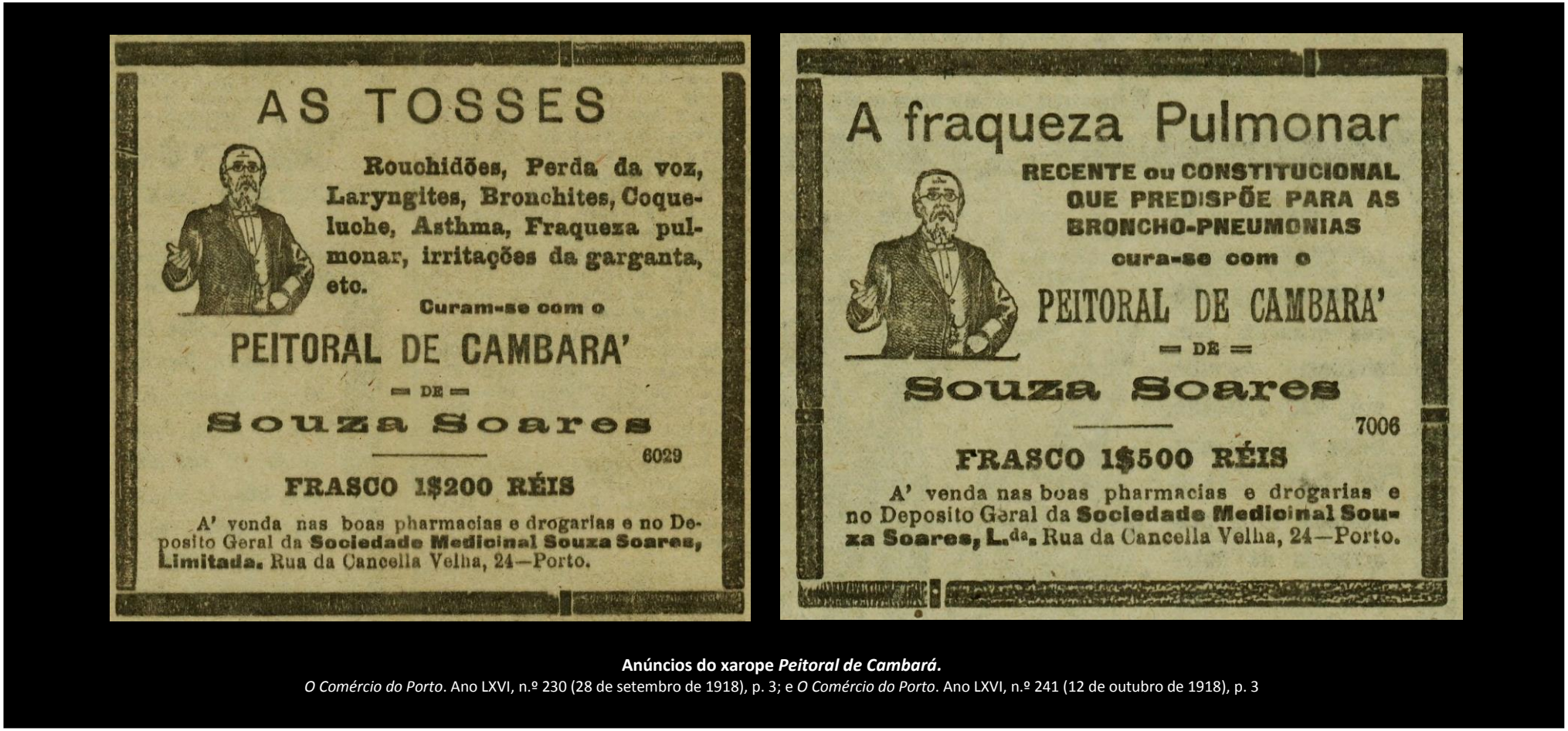
Família americana e respetivo gato de estimação usando máscara de proteção durante a gripe espanhola, 1918.
https://ma-mood.com/Home



"Uma epidemia… de máscaras em São Francisco. O medo da gripe dá um aspeto estranho aos transeuntes". Jornal *Excelsior*, 7 de janeiro de 1919.
Gallica.bnf.fr/BnF

[54] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 238 (3 de dezembro de 1918), p. 1.

A publicidade da época refletiu as preocupações acrescidas com as medidas de higiene, proliferando os anúncios sobre medicamentos, águas, sabonetes e desinfetantes, e até casacos para o frio, recorrendo a grandes títulos com as palavras “gripe” e “epidemia”. É de destacar a forma como a comunicação da publicidade se ia adaptando às circunstâncias. Por exemplo, um xarope que em setembro era aconselhado para combater as tosses, em outubro já era anunciado para curar a fraqueza pulmonar:



Anúncios do xarope *Peitoral de Cambará.*

O Comércio do Porto. Ano LXVI, n.º 230 (28 de setembro de 1918), p. 3; e *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 241 (12 de outubro de 1918), p. 3

Anúncio do xarope *Histogenol Naline.*
O Comércio do Porto. Ano LXVI, n.º 15 (18 de janeiro de 1919), p. 4.

E houve uma série de outros xaropes "multifunções" que prometiam garantidamente o revigoramento da saúde e a cura de todas as maleitas. Tal era o caso do xarope *Histogenol Naline* que foi, durante anos, amplamente difundido nas páginas dos periódicos, sobretudo em momentos de crises de saúde pública. Foi sobretudo a partir do mês de agosto que os jornais começaram a publicar notícias constantes acerca de uma "epidemia que zomba da medicina" (*A Capital*, 25-9-1918)[55].

Anúncio do sabonete *Aregos.*
O Comércio do Porto. Ano LXVI, n.º 207
(1 de setembro de 1918), p. 3.

Anúncio da *Água de Gestal.*
e *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 241
(12 de outubro de 1918), p. 3

No entanto, já havia populações dizimadas em várias comunidades nortenhas, onde, ao contrário do habitual, os casos mais graves e mortais atingiam a população jovem, caso que se encontra ainda pouco estudado.

[55] Citado por SEQUEIRA, Álvaro – *A pneumónica. Spanish influenza*. 2001, p. 52.

A mortalidade de tal ordem elevada que *pela autoridade superior do districto foi prohibido o deposito de cadaveres nas igrejas,* assim como também foi *prohibido o dobre a finados nas torres das igrejas*[56], pela ansiedade que causava.

Os medicamentos, os caixões e os funerais atingiram preços tão altos que o governo publicou tabelas com os valores máximos e aplicou multas a quem não os cumprisse. O próprio Presidente da República, Sidónio Pais, ordenou algumas medidas tendentes a minorar a miséria que assolava a sociedade:

(…) O snr. Presidente da republica, atendendo á miseria dos epidemiados recolhidos nos hospitais, segundo informações do comissario geral do governo, deu ordem para que a cada doente com alta, só ou com familia, fosse dado á sahida 1$000 e ás familias dos que morrem nos hospitais 2$000 a cada uma. [57]

Fachadas principais das igrejas do Carmo e dos Carmelitas, vistas da Praça de Parada Leitão. Porto, *ca.* 1910.
Arquivo Municipal do Porto. Foto Guedes (Id 303111).

[56] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 247 (18 de outubro de 1918), p. 1.
[57] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 245 (16 de outubro de 1918), p. 1.

Escola Médico-Cirúrgica do Porto. *Ca.* 1910.
Arquivo Municipal do Porto. Foto Guedes (Id 303455).

Muitos médicos e pessoal de saúde foram mandados para as zonas rurais, o que originou queixas nas cidades.

Por esse motivo, apesar das faculdades de medicina estarem fechadas, foi permitido aos estudantes fazerem os exames para obterem as qualificações necessárias para poderem exercer a profissão.

E até os alunos dos últimos anos, que ainda não tinham completado as cadeiras todas, foram chamados para trabalhar nos hospitais e assim ajudar no combate à epidemia[58].

A Grippe. Não tem decrescido a epidemia da grippe pneumonica no Porto. (…)

O que se tem notado é falta de numero de médicos, em razão de terem sido mobilisados e de outros se encontrarem enfermos. [59]

[58] ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – *As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918.* História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p. 700.

[59] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 247 (18 de outubro de 1918), p. 1.

No entanto, eram imensas as diferenças entre os centros urbanos das principais cidades do país e as zonas rurais. Precisamente Lisboa, Porto e Coimbra possuíam as melhores condições hospitalares e estavam dotadas dos mais conceituados médicos especialistas da época, ao passo que, nas zonas do interior, a situação médica e os recursos sanitários eram notavelmente diminutos em termos de efetivos e de meios[60]. Por tais razões, os médicos evitavam a província, onde havia necessidades básicas constantes, optando preferencialmente por exercer clínica nas grandes cidades, onde a conjuntura favorecia o desenvolvimento das respetivas carreiras e propiciava salários mais altos. As dificuldades sentidas pelos médicos deslocados para a província para acudir às vítimas da "espanhola" ficam ilustradas, em parte, nesta notícia referente a Alijó, no distrito de Vila Real:

Perspetiva de Casal de Loivos, Vale do Douro, Alijó.
https://live.staticflickr.com/65535/49041050218_e93be17599_b.jpg

Ácerca da epidemia que está grassando n'esta localidade, o snr. Arnaldo Diniz, administrador do concelho de Alijó, enviou-nos o seguinte telegrama:

«Alijó, 27. – O snr. Jayme de Souza, muiti digno director da acreditada Companhia de Seguros "Atlantica", acaba de oferecer para os atacados pela gripe pneumonica, que com grande intensidade grassa n'esta concelho e tantas victimas tem ocasionado, a quantia de 100$000 reis; e, em virtude da grande falta de transportes que aqui existe, poz as suas motos á disposição dos medicos que, ininterruptamente, andam por diferentes localidades do concelho prestando os seus serviços aos atacados, que são inumeraveis. Bem haja, pois, o snr. Jayme de Souza, que tão nobremente soube auxiliar as necessidades de um povo flagelado e pobre.» [61]

[60] Esta situação era igualmente visível em outros países, nomeadamente em Espanha, onde, a propósito da falta de médicos e de recursos económicos no interior daquele país para acudir aos doentes, circulava uma notícia quase anedótica, a qual o jornal *O Comércio do Porto* transcreveu: "Estrangeiro. Na Hespanha. Auctoridade modelo. Vigo, 17 – Os tempos de gripe deixaram-nos tristes recordações, mas tambem alguns casos curiosos. Da imprensa de Ciudad Real recortamos o seguinte: «Há dias, recebeu o governador civil um telegrama de um alcaide de provincia concebido nestes termos: *A epidemia faz estragos. Por caridade mande medico*. O governador respondeu telegraficamente que lhe enviaria um medico, mas que tinha de se lhe pagar por dia 20 pesetas, das quaes 10 ficariam a cargo d'aquelle municipio. Passadas duas horas, recebeu o governador o seguinte telegrama: *A epidemia decresce. Não mande medico*». (*O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 92 (19 de abril de 1919), p. 3).

[61] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 231 (29 de setembro de 1918), p. 1.

Igreja Paroquial de Canelas (Vila Nova de Gaia*). Ca*. 1950.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. Casa Foto Neves (Id 64746).

Mas dada a voracidade do alastramento desta epidemia, nem mesmo os concelhos sediados junto aos centros urbanos dotados de maiores recursos escapavam à miséria, denotando igualmente inúmeras carências de assistência e de meios. De facto, mesmo em Vila Nova de Gaia, junto ao Porto, e precisamente na freguesia de Canelas, era notória a elevada quantidade de gente que morria de gripe pneumónica, muitas vezes sem qualquer apoio médico ou de medicamentos:

Canellas (Gaya), 16. – A influenza pneumonica tem aqui causado bastantes mortes. Alguns casos fataes se teem dado, devido á falta de medicos e de remedios, tendo havido dias de quatro e cinco obitos. Urge, pois, que a delegação de saude adopte providencias rigorosas, quer desinfectando, a valer, varias casas, quer mandando internar muitos desgraçados que por aqui vagueiam.[62]

[62] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 247 (18 de outubro de 1918), p. 1.

A situação sanitária era de tal ordem grave que motivou a respetiva junta de freguesia a encetar todos os esforços junto da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia para proceder à ampliação do cemitério paroquial, uma vez que se tratava de uma necessidade urgente. No entanto, num contexto marcado por uma grande fragilidade económica em consequência da devastação provocada pela Primeira Guerra Mundial e pela profunda crise sanitária vivida, a edilidade gaiense não pôde corresponder ao que lhe era solicitado:

Da Junta de freguezia de Canellas, dizendo que devido à epidemia tem de se alargar o cemiterio para o que não tem recursos, e por isso recorre a esta Camara para lhe ser concedido um subsidio para aquelle fim. Resolve-se responder que a Camara não tem verba de que possa dispôr para conceder esse subsidio. [63]

Mas a verdade é que a gripe pneumónica manifestava-se violentamente não só em Canelas como também em outras freguesias do Concelho de Vila Nova de Gaia, nomeadamente em Oliveira do Douro e em Perosinho, ressaltando prova disso no noticiário do jornal *O Comércio do Porto*:

Oliveira do Douro, 21 – A epidemia perdeu o caracter benigno com que se apresentou e vai produzindo já muitas mortes. Ha tambem alguns casos de variola.

Perosinho, 18 – A gripe pneumónica grassa aqui com grande intensidade, tendo-se dado diariamente quatro e cinco casos fataes. Os sinos já deixaram de tocar pelos finados. [64]

Igreja Paroquial de Perosinho (Vila Nova de Gaia*). Ca.* 1970
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. Orlando Miranda (Id 53388).

[63] Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. Ata da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de 7 de novembro de 1918, Livro 20, fl. 118 (id 297503).
[64] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 250 (22 de outubro de 1918), p. 1.

Uma rua de Paris – pormenor do quotidiano na altura da gripe espanhola. *Ca.* 1920.
Arquivo Municipal do Porto. Foto Guedes (Id 299319).

Esta intensidade com que a gripe pneumónica se manifestava não ocorria apenas em Portugal.

Os jornais davam igualmente conta do que acontecia no estrangeiro, relativamente a este surto pandémico, relatando situações de absoluta escalada, nomeadamente na capital francesa:

São aterradoras as notícias que chegam do estrangeiro acerca da propagação da gripe.

Em Paris teem-se construído, nos arredores da cidade, barracas para tratamento de doentes. (…)

O número de obitos (…) tem regulado por 700 por dia. (…)

As desinfecções são rigorosas em todos os edificios publicos. (…) [65]

[65] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 256 (29 de outubro de 1918), p. 1.

Nesta altura, a circulação em termos de transportes públicos dentro das cidades, nomeadamente no Porto, fazia-se nos chamados *elétricos*, os quais vieram, em 1895[66], substituir paulatinamente os *americanos* de tração animal. No entanto, estes novos veículos, movidos a energia elétrica, continuavam a ser de reduzida capacidade, sendo "pequenos, com plataformas abertas e bancos longitudinais de madeira, onde se sentavam 18 passageiros frente a frente" uma espécie de "carros do tipo – risca ao meio – executados a partir de antigos carros americanos dos modelos maiores de 7 e 8 janelas"[67].

Elétrico da Companhia de Carris de Ferro do Porto, 1908.
https://ncultura.pt/curiosidades-do-porto-que-jamais-esquecera/electrico-da-companhia-da-carris-de-ferro-do-porto-1908/

[66] Foi a 12 de setembro de 1895 que se inaugurou a primeira linha de carros de tração elétrica na cidade do Porto, entre o Carmo e Massarelos – Via Restauração.
[67] PEREIRA, Manuel Castro – *Os Velhos Eléctricos do Porto*. Porto: José Carvalho Branco – Sociedade Editorial Notícias da Beira Douro, 1995, p. 88.

No contexto epidémico da gripe pneumónica vivido em 1918, a utilização deste meio de transporte acarretava perigos de contágio acrescidos e verdadeiramente reais. Impunha-se, pois, a descontaminação e a limpeza frequente dos elétricos, a par dos comboios:

Foram reiteradas as ordens para a limpeza e beneficiação das carruagens de transporte publico, eletricos e caminhos de ferro.[68]

Antiga locomotiva a vapor.
https://www.geocaching.com/geocache/GC7KBY4_apita-o-comboio-na-estacao-desaparecida

[68] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 245 (16 de outubro de 1918), p. 1.

Elétrico da Linha 9 (Praça da Liberdade / Águas Santas), em 1912.
https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/12819/2/Texto%20integral.pdf

Mas dada a exiguidade de espaço e a elevada procura que este modo de transporte tinha na época, a verdade é que tudo isto contribuía para que a lotação fosse de longe ultrapassada, constituindo-se como um meio de elevada propagação da gripe pneumónica.

Confrontada com esta situação, a imprensa periódica não raras vezes chamou a atenção das autoridades para tal facto, alertando sobre o perigo para a saúde pública:

O excesso de lotação nos elétricos. *Tem-nos chamado a atenção para o facto dos carros electricos, principalmente nas horas de mais affluencia, seguirem para os pontos afastados da cidade completamente cheios, com as plataformas apinhadas, o que constitue, no momento presente, um perigo para a saude publica. Agora que a epidemia reinante, tantas victimas ocasiona e que se torna indispensável pôr em pratica as medidas hygienicas mais severas, não se compreende realmente que os electricos sigam atulhados de gente e se não procure um meio de obstar a isso, de fórma a que os interesses do publico não sejam prejudicados, nem se vá tambem pedir á Companhia Carris sacrificios com que ella não póde.*

Não parece facil, á primeira vista, remediar o que hoje constitue um habito do publico que se não importa em amontoar-se nos carros, contanto que lhe seja permitido seguir n'elles ás horas em que os escriptorios fecham e a cidade começa a despovoar-se. É principalmente para os pontos afastados, para os arrabaldes da cidade que essa affluencia de publico se accentua e onde mais frequentemente os carros seguem atulhados, contra todas as regras da mais comezinha hygiene. Para obviar a esse grande inconveniente seria de todo o ponto pratico que a Camara Municipal do Porto se entendesse com a administração da Companhia de Carris, procurando ambas (…) um meio que (…), não lesando o publico podesse (…) permitir que de uma vez para sempre acabasse a aglomeração nos carros electricos, que é tudo quanto ha de mais anti-hygienico e de mais inesthetico e, para dizermos tudo, pouco digno de uma cidade da importancia do Porto. (…) Todos temos direito a viajar nos carros, mas não o de sermos incomodados durante uma viagem, que se torna ás vezes um doloroso supplicio. [69]

[69] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 257 (30 de outubro de 1918), p. 1.

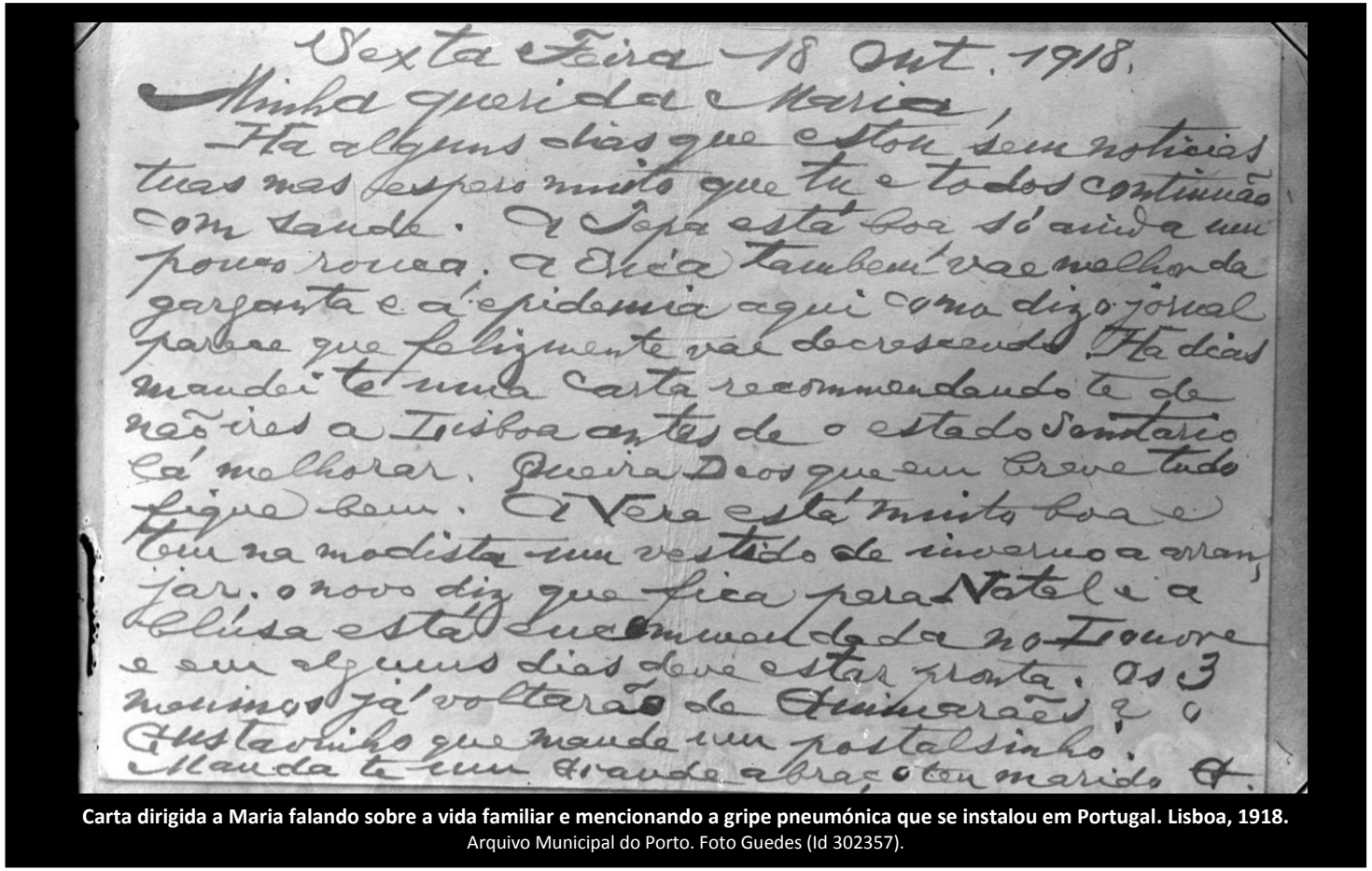
Também as escolas foram consideradas, pelas autoridades, um importante foco de propagação. Assim, para evitar a onda de contágios, também estes serviços foram mandados encerrar, não se tendo antecipado uma data para o início do ano letivo de 1918-1919. Mas com o decréscimo do número de vítimas, verificado a partir de outubro de 1918, começaram a ser feitos todos os esforços junto do governo para a reabertura dos estabelecimentos de ensino, o que veio a ocorrer depois do dia 28 de novembro daquele ano, mediante o cumprimento de determinados procedimentos burocráticos e sanitários:

Reabertura dos colégios. *A comissão delegada dos directores de colégios telegrafou hontem á noite ao governo instando pela auctorisação da abertura pela auctorisação da abertura dos estabelecimentos de ensino.*[70]

Reabertura de colégios. *O snr. governador civil substituto do Porto recebeu hontem um telegrama do snr. ministro da instrucção auctorisando a reabertura dos colégios d'esta cidade, cujos directores terão que requerer ao governo civil a sua abertura, que será deferida mediante vistoria aos mesmos, realisada pelo medico escolar e com a declaração prévia de que communicarão ao snr. delegado de saude qualquer caso de doença de que sejam acommettidos os alunos internos.*[71]

Vista geral de uma sala de aula do Colégio de Nossa Senhora da Estrela. Porto, 1915.
Arquivo Municipal do Porto. Foto Guedes (Id 621725).

[70] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 256 (29 de outubro de 1918), p. 1.
[71] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 262 (5 de novembro de 1918), p. 1.



Sexta Feira 18 Out. 1918.

Minha querida Maria,

Ha alguns dias que estou sem noticias tuas mas espero muito que tu e todos continuão com saude. A Popa está boa só ainda um pouco rouca. A Erica tambem vae melhor da garganta e a epidemia aqui como diz o jornal parece que felizmente vae decrescendo. Ha dias mandei te uma carta recommendando te de não ires a Lisboa antes de o estado Sanitario cá melhorar. Queira Deos que em breve tudo fique bem. A Vera está muito boa e tem na modista um vestido de inverno a arranjar. o novo diz que fica para Natal e a blusa está encommendada no Louvre e em alguns dias deve estar pronta. Os 3 meninos já voltarão de Guimarães? O Gustavinho que mande um postalsinho. Manda te um grande abraço o teu marido [assinatura]

Carta dirigida a Maria falando sobre a vida familiar e mencionando a gripe pneumónica que se instalou em Portugal. Lisboa, 1918.
Arquivo Municipal do Porto. Foto Guedes (Id 302357).

A segunda vaga da Gripe pneumónica, tendo-se iniciado em agosto de 1918 em Vila Nova de Gaia, rapidamente se alastrou ao norte, ainda nesse mês, e foi-se deslocando para o sul do País. Em meados de setembro atingiu as regiões costeiras, a maior parte do centro e do sul. Em outubro, a epidemia chegou ao Algarve. Em Lisboa, manifestou-se com muita intensidade, pelo que foram montados três novos hospitais com 1200 camas no antigo Convento das Trinas, no então desativado Hospital de Arroios e no Liceu Camões. A Cruz Vermelha Portuguesa instalou um hospital com mais de uma centena de camas no palácio da família Burnay, em Lisboa. E perante a veemência da epidemia, a Direção Geral de Saúde aconselhou a desinfeção química das casas e das ruas. E segue-se um conjunto de medidas paralelas, nomeadamente a proibição das visitas aos doentes internados nos hospitais, bem como a interdição da saída do País de todas as substâncias medicamentosas.

Sexta Feira 18 Out. 1918.
Minha querida Maria
Há alguns dias que estou sem notícias tuas mas espero muito que tu e todos continuão com saude. A Popa está boa, só ainda um pouco rouca; A Erica tambem vae melhor da garganta e a epidemia aqui como diz o jornal parece que felizmente vae decrescendo. Há dias mandei te uma carta recomendando te de não ires a Lisboa antes de o estado sanitário cá melhorar. Queira Deos que em breve tudo fique bem. A Vera está muito boa e tem na modista um vestido de inverno a arranjar; o novo diz que fica para [o] Natal e a blusa está encomendada no Louvre e em alguns dias deve estar pronta. Os 3 meninos já voltarão de Guimarães? O Gustavinho que mande um postalsinho. Manda te um grande abraço o teu marido. [assinatura]

Em novembro, no dia 7, o Parlamento votou o seu próprio encerramento, mais por razões políticas do que propriamente sanitárias. Mas a partir da segunda metade do mês, o número de casos começaria, abertamente, a decrescer. Essa tendência já se verificara no Norte, onde o jornal *O Comércio do Porto* noticiava profusamente sobre o tema:

Decresce sensivelmente o numero de casos de gripe, diminuindo, simultaneamente, o numero de obitos. Tudo faz prevêr que em breve a situação da cidade se normalisará.[72]

Avintes, 1. – O flagelo da gripe pneumonica tambem por aqui tem feito os seus estragos, tendo deixado muitos lares em lagrimas; parece, felizmente, estar a decrescer. (…)

- Em diversos pontos (…) teem-se feito bandos precatorios, quermesses e subscrições para minorar a deploravel situação dos pobres que se debatem com a fome, frio e doença.

Avintes devia seguir o exemplo, porque ha muito a quem acudir, podendo tomar essa iniciativa o nosso Club, com o concurso das gentis senhoras avintenses. O povo Avintense é generoso, ninguém nega uma esmola, embora pequenina; é preciso quem se proponha a esse espinhoso passo.[73]

Embarcações no cais da Ribeira (Porto) com padeiras de Avintes (Vila Nova de Gaia). *Ca.* 1910.
Arquivo Municipal do Porto. Emílio Biel e Companhia (Id 258192).

[72] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 261 (3 de novembro de 1918), p. 1.
[73] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 264 (7 de novembro de 1918), p. 1.

Ao longo do mês de novembro, as notícias que davam conta do desanuviar da epidemia foram-se sucedendo naquele periódico, sublinhado a considerável diminuição da quantidade de enterramentos na cidade:

A grippe. *As informações telegraphicas recebidas de todo o norte do paiz pela Delegação de Saude do Porto, indicam que, salvo raras excepções, a epidemia decresce rapidamente, em toda a parte. No Porto observa-se o mesmo facto lisonjeiro. Os enterramentos, que chegaram a atingir, no mez passado, o numero de 70, 80 e 90 por dia, estão agora reduzidos de 25 a 40. (…)* [74]

António de Almeida Garrett.
(Porto, 1884 – Porto, 1961)
Pediatra, higienista, político e professor.

A 28 de novembro, considerava-se extinta a gripe pneumónica na cidade do Porto e no norte em geral, reconhecendo-se neste facto o resultado dos esforços envidados pelo médico António de Almeida Garrett, o qual desempenhava naquela altura o cargo de Comissário Especial do Governo junto da Delegação de Saude do Distrito do Porto:[75]

A gripe. *No momento em que se reconhece poder considerar-se extinta a epidemia da grippe broncho-pneumonica […], é justo fazer avultar o esforço inteligente que o esclarecido commissario especial do governo, snr. dr. Antonio de Almeida Garrett, desenvolveu para que os fócos da epidemia se circunscrevessem o mais possivel e para que aos individuos atacados fosse prestada prompta e eficaz assistencia*.[76]

[74] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 268 (12 de novembro de 1918), p. 1.
[75] "O "Diario do Governo" publica hoje uma portaria na qual se diz que tendo sido nomeado, em decreto de 18 de maio ultimo, commissario do governo no districto do Porto, o professor da Faculdade de Medicina da mesma cidade, snr. Dr. Antonio de almeida Garrett, para superintender nos serviços que se relacionavam com o typho exantematico (…)". *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 203 (28 de agosto de 1918), p. 1.
[76] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 282 (28 de novembro de 1918), p. 1.

Apesar do decréscimo acentuado dos casos de gripe espanhola, a comunidade científica continuava, um pouco por todo o mundo, a desenvolver pesquisas e estudos para formular uma vacina que protegesse eficazmente a humanidade desse flagelo epidémico, o qual contava já com milhões de vítimas em todo o planeta.

A gripe. *Após o rapido decrescimento, tende a desaparecer a grippe, por toda a parte. Annuncia-se a descoberta de uma nova vaccina, devida a sabios inglezes. É a quarta, com as de Toronto, de Stockolmo e do Instituto Pasteur de Paris. […] Há, portanto, a esperar pelos resultados dos ensaios que venham a fazer-se.*[77]

No entanto, o vírus responsável pela gripe espanhola só foi conhecido na década de 1930, e mesmo nessa altura não existiam ainda medicamentos específicos para combater esta doença, dada a sua alta capacidade de mutação. A primeira vacina contra a chamada *gripe espanhola* foi somente produzida em 1944.

Cartoon da imprensa periódica brasileira alusivo à gripe pneumónica.
Fon-Fon. N.º 42 (19 de outubro de 1918), p. 32.

[77] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 280 (26 de novembro de 1918), p. 1.

Em todas estas conjunturas epidémicas, sobretudo durante a ocorrência da gripe pneumónica, houve um preceito sempre muito evidenciado nas notícias do jornal *O Comércio do Porto*. Tratou-se da higiene. Na verdade, desde os meados do século XIX que se sucedem as preocupações com a limpeza e arejamento das casas, das roupas, dos móveis e do corpo dos doentes.

A limpeza e o asseio impunham-se não apenas a nível doméstico e pessoal, como também era desejável nos espaços e recintos públicos:

> ***A grippe. Aspecto sanitário.*** *A grippe pneumonica, que tantas pessoas victimou por toda a parte, nomeadamente no estrangeiro, perdeu já o aspecto da gravidade que revestiu em determinado periodo. […] Ha toda a conveniencia de se cuidar a rigor da limpeza das cidades e das casas, devendo tambem proceder-se á lavagem das ruas com frequencia.*[78]

Anúncio publicitário do *Agarra cotão*, utensílio de limpeza destinado à higiene das casas.
O Comércio do Porto. Ano LXVI, n.º 123 (27 de maio de 1919), p. 1

A própria Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia assumiu a necessidade

[78] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 279 (24 de novembro de 1918), p. 1.

urgente de remodelar os inoperantes serviços de limpeza pública, pois seria completa a ausência de higiene naquela vila, traduzindo-se em graves prejuízos sanitários para a população:

Beira-Rio, perto do Convento de Corpus Christi, em Vila Nova de Gaia. *Ca*. 1920.
Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. Camilo José de Macedo (Id 63103).

O Snr. Presidente diz que achando-se em completa desorganização os serviços de limpeza municipal nesta Villa, que apesar de importarem a este municipio na verba de 5.439$280 nenhuns resultados traz á hygiene nem á comodidade dos municipes; propõe que o Snr. vereador respectivo estude os meios de remodelar convenientemente esses serviços, e, no mais curto prazo de tempo expôr as bases em que devem ser reorganisados de forma a produzir os resultados que tem em vista para serem discutidos e executados, o que é aprovado[79].

Mas os preceitos higiénicos estavam longe de resolverem no imediato as carências básicas de grande parte da população. Assim, numa conjuntura marcada pela Grande Guerra e por graves doenças epidémicas, associou-se a fome. Estava completa a negra tríade de "fome, peste e guerra" que ciclicamente se abatia sobre os povos. Precisamente em Gaia, a fome foi uma constante nesta altura, dada a falta de pão e, em consequência, os elevados preços que este género alimentar de primeira necessidade atingia. Foram, sobretudo, as classes operárias as mais afetadas, até porque as mesmas vivenciavam, na altura, graves crises socio-económicas que se traduziram em constantes greves proletárias, as quais tiveram um

[79] Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner. Ata da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de 2 de janeiro de 1919. Livro 20, fl. 129v-130.

impacto significativo em Gaia dado o relativo grau de "industrialização" deste concelho, especialmente na malha urbana. Assim, no final de janeiro de 1919, assiste-se a um movimento de mulheres operárias que reivindicavam a aquisição de pão de milho, em quantidade suficiente e a preços acessíveis. Essas exigências e movimentações prolongaram-se durante meses, evidenciando o clima de miséria em que se vivia:

Em Gaya – Carestia de pão. *Uma numerosa commissão de operarias procurou hontem o snr. administrador do concelho de Gaya. a fim de solicitar-lhe o seu valioso auxilio junto da camara municipal do Porto, para conseguir que tambem lhes sejam fornecidas senhas para a aquisição de pão de milho que, por intermedio d'aquella entidade, é fornecido a 100 reis o kilo aos seus munícipes. A commissão foi recebida pelo secretario da administração snr. João Ferreira Guimarães, por se achar ausente o snr. administrador do concelho. Aquelle funccionario, achando justissimo o pedido, declarou que o snr. administrador seria informado d'elle e que, sem duvida, o iria patrocinar.*

Informam-nos que em Gaya o preço do pão de milho é de 240 reis o kilo, e que a producção, por ser deficientissima, não chega para uma decima parte da população d'aquella villa. Urge, portanto, attender à população de Gaya.[80]

O pão em Gaya. *O pão de milho em Villa Nova de Gaya está sendo vendido ao preço de 240 e 260 reis o kilo, o que é, como se vê um custo elevadíssimo para as classes proletarias, que ha muito véem levantando justos clamores, no sentido de se adoptarem serias providencias que venham a baratecer o preço do pão de milho n'aquella populosa villa. Hontem, á tarde, cerca de 300 pobres mulheres dirigiram-se mais uma vez ao snr. administrador, pedindo-lhe que interceda em seu favor, conseguindo, junto da camara municipal de Gaya, ou da secretaria dos abastecimentos do norte, que a borôa de milho seja alli vendida por igual preço por que se está vendendo no Porto. O clamôr deve ser, na verdade, ouvido, por ser justo.* [81]

Zona "industrial" das Devesas (Vila Nova de Gaia), 1918.
Centro Português de Fotografia. Fotografia Alvão, Lda. (PT/CPF/ALV/001778)

[80] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 25 (30 de janeiro de 1919), p. 1.
[81] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 36 (12 de fevereiro de 1919), p. 1.

O pão em Gaya. *Grande numero de mulheres da freguezia de Grijó, dirigiu-se hontem á administração de Gaya, pedindo pão barato para aquella freguezia. O snr. tenente Paula, administrador do concelho, recebendo uma comissão, respondeu-lhe que já tinham sido enviados 4:000 kilos d'aquelle cereal para alli, devendo mandar abastecer n'um curto praso de tempo todas as freguesias de Gaya, em virtude de ter já recebido comunicação de estar-se a carregar milho para aquelle concelho.*[82]

Edifício onde funcionou a Cadeia de Ovar. *Ca*. 1920.
http://revistareisovar.blogspot.com/2013/08/a-ultima-cadeia-de-ovar.html

Apesar do verificado decréscimo dos casos de gripe pneumónica e da constatação da sua extinção, a verdade é que uma nova onda desta doença estava ainda reservada ao País. De facto, em fevereiro de 1919, verificou-se o aparecimento de uma terceira vaga epidémica, a qual, sendo menos grave que as anteriores, ter-se-á prolongado até maio.

O Norte, mais populoso, foi também a região mais atingida, verificando-se especial incidência na região de Ovar, onde à pneumónica acrescia ainda a varíola, obrigando a soluções improvisadas:

A proposito, a «Capital», diz que no boletim se esqueceram de falar na gripe pneumonica e n'outras doenças de caracter epidemico que grassam no paiz e principalmente no norte.

A cadeia de Ovar vai ser transformada em hospital para receber os variolosos e os atacados de gripe pneumonica, que grassa, com intensidade, n'aquella villa. Os presos de maior responsabilidade serão transferidos para a cadeia de Coimbra e os de menor responsabilidade para outras cadeias.[83]

[82] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 71 (26 de março de 1919), p. 1.
[83] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 109 (10 de maio de 1919), p. 2.

O receio de contágio motivou, por parte de Espanha, algumas medidas de controlo de entrada de portugueses naquele país, passando a estipular a desinfeção obrigatória e a exigir passaporte sanitário, entre outras coisas. Ironicamente, estas medidas foram implementadas na fronteira de Badajoz, precisamente o possível ponto de entrada da gripe pneumónica em Portugal[84]. Apesar de se tratar de uma área geograficamente longínqua, o jornal d' *O Comércio do Porto* prestou essa notícia:

Rigorosas medidas. *Badajoz, 12 – Foram tomadas medidas rigorosas, a fim de evitar a propagação da epidemia da gripe, vinda de Portugal. (…) Badajoz, 13 – Entre outras medidas tomadas contra a invasão da gripe, suspendeu-se a feira e resolveu-se estabelecer postos sanitarios na fronteira de Portugal. Todos os portugueses que entrem em Badajoz serão minuciosamente desinfectados e exigir-se-lhes-ha passaporte sanitario.* [85]

Mas, na realidade, a epidemia da gripe pneumónica parecia estar a chegar ao final da sua violenta marcha, até porque, um pouco por todo o lado, se multiplicaram os esforços possíveis para conter a sua progressão, nomeadamente ações de desinfeção e internamento de doentes. Em finais de junho *O Comércio do Porto* dava conta dessa situação, referindo o caso da freguesia de Avintes, em Vila Nova de Gaia:

Saude publica. *Pelo inspector sanitario, snr. José Martins de Alte, é-nos comunicado que nas frequentes rebuscas effectuadas por brigadas sanitarias em Avintes, de preferencia nos logares mais pobres e em peores condições hygienicas, foram mandados internar todos os doentes nos hospitais e as suas casas devidamente desinfectadas, nos casos epidemicos. Na ultima visita sanitaria, realisada a 18 do corrente, foram reciprocamente percorridas todas as casas dos logares de Campos e Paço, d'aquella freguezia, não se encontrando um unico caso de doença epidemica.*[86]

Trabalho sazonal no Alentejo (apanha da azeitona*). Ca.* 1950.
Fotografia de Artur Pastor.
https://arturpastor.tumblr.com/page/19

[84] É de ressaltar o receio existente nessa província espanhola em relação aos portugueses que para aí se deslocavam para trabalhos sazonais (ceifas) e cujo contacto os espanhóis queriam a todo o custo evitar. Mas em Portugal, a noção era a mesma em relação aos espanhóis. O pânico do «outro», e os efeitos para a vida social que acarreta, foi muito acentuado nessa altura.
[85] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 112 (14 de maio de 1919), p. 3.
[86] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 147 (24 de junho de 1919), p. 2.

A VARÍOLA

Paralelamente ao alastramento do tifo exantemático e da gripe pneumónica, o Porto assistiu à difusão de uma epidemia de varíola, ativa sobretudo entre junho a dezembro de 1918. Desconhece-se a quantidade de óbitos que a varíola provocou nesta altura. No entanto, a vacina para esta doença já tinha sido descoberta[87], sendo ampla e gratuitamente aplicada à população, tal como se pode comprovar nas notícias publicadas no jornal d' *O Comércio do Porto* ao longo de 1919. Na verdade, em Portugal, no início do século XX, tal como atualmente, a frequência das escolas e dos locais de trabalho implicava a prova de vacinação[88].

A variola

No Dispensario para creanças pobres, proximo ao Aljube, continua diariamente, á uma hora da tarde, a vaccina gratuita a creanças e adultos.

Embora a variola tenha diminuido sensivelmente, torna-se indispensavel continuar com a vaccinação e revaccinação.

Aviso sobre a vacinação antivariólica.
O Comércio do Porto. Ano LXVI, n.º 66 (14 de março de 1919), p. 1

As vacinas eram administradas de graça nas delegações de saúde e também pela Cruz Vermelha. Foram ainda criados ambulatórios para vacinação nos asilos, prisões, esquadras de polícia e em algumas coletividades.[89]

Já em 1918, tinham sido afixados editais em todos os bairros "determinando que nenhum indivíduo de mais de oito anos possa frequentar escola, instituto de educação, oficina, fábrica, estabelecimento comercial ou industrial, fazer exame ou concurso de desempenho, qualquer cargo público, sem que prove ter sido vacinado ou sofrido um ataque de varíola dentro dos últimos sete anos. Os diretores ou chefes destas coletividades são responsáveis pela observância destas disposições, incorrendo os infratores em penas de 1$00 a 6$00 de multa" (*Diário de Notícias*, 17 nov. 1918, p.1)[90].

[87] "A vacina já existia desde o século XVIII, a partir dos trabalhos de Edward Jenner. Contudo, foi apenas em 1885 que Pasteur generalizou o seu uso. No final do século XIX, as vacinas passaram a ser consideradas uma questão de prestígio nacional, e vários Estados emitiram leis de vacinação obrigatória." (ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – *As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p. 701)

[88] Segundo notícia colhida no jornal *O Comércio do Porto*, "os alunos que pretendam matricular-se neste lyceu [Alexandre Herculano] devem entregar na secretaria (…) os seus requerimentos. (…) Com o requerimento devem ser entregues (…) atestados de revaccinação. (…)". (*O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 190 (14 de agosto de 1919), p. 4). O mesmo procedimento foi seguido em outra escola portuense: "(…) Está aberta a matrícula, nesta eschola [Escola Comercial de Oliveira Martins] (…) devendo os requerimentos ser acompanhados de (…) atestado devidamente reconhecido, de ter sido vacinado, revacinado ou de que já teve varíola e de que não soffre de doença contagiosa (…)". (*O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 212 (9 de setembro de 1919), p. 4).

[89] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 179 (31 de julho de 1918), p. 1.

[90] Citado por ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – *As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p. 701.

"[…] Mais uma vez recommendamos a necessidade e a urgencia da vacinação de menores e de adultos, como meio único e eficaz de evitar a propagação da variola, que este ano anno se apresenta de mau caracter. Além de ser obrigatoria e haver uma lei especial para punir quem deixar de cumprir este preceito, a vaccinação e a revaccinação são gratuitas, fazendo-se ou nas esquadras policiais ou no Dispensario das Creanças Pobres, na Rua Saraiva de Carvalho."[91]

Dispensário do Porto para Crianças Pobres, na Rua Saraiva de Carvalho. *Ca.* 1920.
https://cidadaniaprt.blogspot.com/2017/06/obras-no-dispensario-do-porto-para_5.html

Na verdade, entendia-se que *auctoridades e particulares devem congregar-se n'um supremo esforço para fazer vingar estas instrucções acerca dos perigos que podem resultar da variola, se não se cuidar devidamente da vacinação*[92]. E de acordo com o superiormente definido, em Vila Nova de Gaia também era prática sanitária oficial a vacinação antivariólica, sem qualquer limitação etária.

"Na administração de Gaya está affixado um edital intimando todas as pessoas (maiores e menores) que ainda não tenham sido vaccinadas, a comparecerem na rua 14 de Outubro, 400, ás segundas, quartas e sextas-feiras, a fim de serem vaccinadas". [93]

No entanto, e apesar dos esforços desenvolvidos numa conjuntura política e económica profundamente conturbada, a verdade é que a efetiva irradicação e controlo das doenças epidémicas que marcaram esta época, estavam ainda longe de ser uma realidade, nomeadamente no território de Vila Nova de Gaia:

Saude publica. *Dizem-nos que em Avintes grassam com certa intensidade tres epidemias – variola, gripe-pneumocica e typho exanthematico – não tendo havido ainda, apesar de tudo, qualquer visita da desinfecção ou da junta de saude. Mais nos informam que no logar dos Paços e em Campos aquellas epidemias se apresentam com um caracter bastante grave, estando atacadas muitas pessoas que, á falta da indispensável prophylaxia, permanecem no mais repugnante abandono* [94].

[91] *O Comércio do Porto*. Ano LXV, n.º 277 (22 de novembro de 1918), p. 1.
[92] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 3 (4 de janeiro de 1919), p. 1.
[93] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 147 (24 de junho de 1919), p. 1.
[94] *O Comércio do Porto*. Ano LXVI, n.º 138 (13 de junho de 1919), p. 1.

NOTAS FINAIS

O século XIX retirou-se deixando um aceso rasto de doença, com a chamada *peste bubónica*, transitando para a centúria de Novecentos e nela abrigando outras epidemias. O Porto e a sua região, à semelhança do que ocorreu no resto do País e um pouco por todo o mundo nessa época, foi alvo de sucessivas vagas de enfermidades que muito depauperaram a população e a economia em geral. Em Portugal, o conturbado contexto político que antecedeu os últimos anos da monarquia e os primeiros tempos da república, bem como a deflagração da Grande Guerra, adensaram a situação de miséria e dispersaram recursos que poderiam ter sido canalizados para combater eficazmente uma onda crescente de moléstias. Em 1918 estava-se perante uma Europa devastada, um País desorientado e uma população endemicamente doente e desnutrida.

E como corolário "em 1918-1919 não se abateu sobre Portugal Continental apenas uma epidemia, mas sim três, concomitantemente (facto que, em geral, passou despercebido aos estudiosos): gripe pneumónica – situação já sobejamente conhecida –, tifo epidémico e varíola."[95] Todas essas doenças contagiosas, enquanto eventos biológicos, adquiriram um elevado significado e uma significação própria dentro de um contexto histórico específico, através dos diversos modos pelos quais se infiltraram nas vidas das pessoas, nas reações que provocaram, e na maneira pela qual deram expressão a valores sociais, culturais e políticos.

Os efeitos letais destas doenças, sobretudo da gripe espanhola que devastou a população mundial, evidenciaram a impotência das autoridades, nomeadamente as dos países mais desenvolvidos, e revelaram a inexistência de meios científicos capazes de as combater. Portugal era, na altura, um país pobre, marcadamente rural, e, pese embora os progressos registados na medicina[96], lidava com diminutos recursos e péssimas condições de higiene e saúde públicas, atestados pelo facto de as doenças infetocontagiosas constituírem, então, a primeira causa de morte, cuja disseminação está umbilicalmente ligada às privações naquela matéria[97].

A atuação das autoridades balizou-se entre o esforço de não despertar o pavor da população e em relativizar os receios manifestados, ocultando os efeitos preocupantes da epidemia, a comportamentos que desnudavam sinais inquietantes da epidemia. Na verdade, verificou-se que o pessoal médico e as autoridades oficiais estavam esclarecidos dos mais modernos avanços científicos.

A imprensa diária, nomeadamente o jornal *O Comércio do Porto*, demonstrou essa situação ao veicular o conhecimento científico, quer publicitando bibliografia nesse âmbito, quer publicando transcrições e traduções de revistas especializadas, assim como artigos críticos das obras mais recentes. A imprensa chegava à província onde os médicos tardavam a aparecer, já que era nos grandes centros urbanos que eles se concentravam.

---

[95] DAVID DE MORAIS, Maria da Graça – *Causas de Morte no Século XX. Transição e estruturas da mortalidade em Portugal Continental*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 103.

[96] Portugal contava, na época, com a ação de Ricardo Jorge, o mais relevante pioneiro da medicina preventiva no nosso País, "tendo conseguido, ao cabo de um longo combate de ideias, lançar a base de um sistema sanitário moderno e de um magistério sanitarista". Tratou-se de alguém cuja obra se repercutiu "sobre toda a sociedade, num apelo à higiene, das ruas às casas, aos mercados, às escolas, às fábricas, aos hospitais, prevenindo o micróbio, alertando para o contágio, lutando por coisas que hoje nos parecem naturais, como a água canalizada em sistema fechado, o saneamento, a limpeza das ruas, ciente de que a higiene podia contribuir poderosamente para alongar o fio da vida". (ALVES, Jorge – *Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal. Um "Apostolado Sanitário".* Arquivos de Medicina, v. 22, 2008, p. 90.)

[97] SOBRAL, José Manuel; LIMA, Maria Luísa – "A epidemia da pneumónica em Portugal no seu tempo histórico". In *Ler História*, 73/2018.

O Comércio do Porto cobriu, de forma ativa, as epidemias, sobretudo na região Norte, noticiando com regularidade o que se passava nos vários concelhos, relevando a situação em Vila Nova de Gaia. É certo que não poupou os leitores à perceção do carácter terrífico destas doenças infetocontagiosas. No entanto, no equilíbrio e na serenidade que procurou sempre acautelar nas suas páginas, o *Comércio* procurou minimizá-las, compaginando-as com notícias sobre outras epidemias ou relativas a eventos políticos nacionais e internacionais. Por exemplo, mesmo em 1918-19, era impossível processar e compreender a real dimensão da gripe pneumónica, pelo que acabou por ser menorizada no âmbito público, muito embora, tenha permanecido ativa nos relatos familiares que assim preservaram nas gerações vindouras a memória do impacto mortífero que aquela pandemia causou. Sem dúvida que, relativamente a este jornal diário de largo espectro, à semelhança de outros[98], - apesar da elevada taxa de analfabetismo –, é incontornável a ação educativa e formativa que desempenhou junto dos seus leitores (e respetivos ouvintes).

Atualmente, o contexto histórico é inteiramente novo e novas são as premissas que o norteiam face ao Portugal de finais do século XIX ou início do século XX. Presentemente a ciência encontra-se num patamar de desenvolvimento muito acima do que seria imaginável há cem anos. Hoje dispomos de uma panóplia de meios de informação incomparavelmente superior ao que existia em 1918. Todos nós somos cidadãos de uma Europa evoluída, de um mundo globalizado. No entanto, a Covid-19 fez soar no nosso ADN social as campainhas mais recônditas da "mãe de todas as epidemias", temerosos que ficamos de que algo comparável esteja neste momento a reproduzir-se.

Afinal, quem estiver atento à História, sabe que apenas temos de saber lidar com o desconforto da descontinuidade, da incerteza, da imprevisibilidade. E sob os limites sempre presentes da Ciência – enquanto instrumento salvífico da Humanidade -, uma vez mais nada resta ao Homem senão a sua solidariedade e a sua fé.

Maria Teresa Filipe Cirne | Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner

Junho de 2020

[98] ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – *As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo Municipal do Porto / Arquivo Histórico – Casa do Infante (Câmara Municipal do Porto)

- Arquivo Foto Guedes (1885-1932);

- Coleção de Postais (1895-2010);

- Emílio Biel e Companhia (1880-1925).

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner (Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia)

- Fundo Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia - Atas da Comissão Administrativa (1918-1919);

- Fundo Camilo José de Macedo (1920-1944);

- Fundo Casa Foto Neves (1956-2001);

- Fundo Joaquim Gomes Ferreira Alves (Ca. 1910-1935);

- *O Comércio do Porto* (1854-2005).

Centro Português de Fotografia

- Aurélio da Paz dos Reis (1870-1949);

- Fotografia Alvão, Lda. (1902-1967).

Fundação Biblioteca Nacional - Biblioteca Nacional Digital (Brasil)

- *Fon-Fon* (1907-1958).

Hemeroteca Municipal de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa)

- *Ilustração Portugueza* (1903-1993);

- *O Século Cómico*: suplemento humorístico de *O Século* (1913-1921).

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

JORGE, Ricardo – *A peste bubónica no Porto – 1899. Seu descobrimento – Primeiros trabalhos*. Porto: Repartição de Saude e Hygiene da Camara do Porto, 1899;

JORGE, Ricardo de Almeida – *Hygiene social applicada á nação portuguesa*. Porto: Imprensa Civilisação, 1885;

LEITE, Arnaldo – *O Porto 1900*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1952;

PIMENTEL, Alberto – *O Porto ha trinta annos*. Porto: Livraria Universal, 1892.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – *As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014. (https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n2/0104-5970-hcsm-21-2-0687.pdf);

ALVES, Jorge – *Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal. Um "Apostolado Sanitário"*. Arquivos de Medicina, v. 22, 2008. (https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20047);

Covid-19: Semelhanças com "gripe espanhola" começam e acabam na pneumonia (https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/covid-19-semelhancas-com-gripe-espanhola-comecam-e-acabam-na-pneumonia);

DAVID DE MORAIS, Maria da Graça – *Causas de Morte no Século XX. Transição e estruturas da mortalidade em Portugal Continental*. Lisboa: Edições Colibri, 2002;

MARTINS, Fernando Pinheiro – *O Carro Elétrico na Cidade do Porto*. Dissertação apresentada à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto Para obtenção do grau de Mestre em Transportes sob a orientação do Professor Doutor Luís Andrade Ferreira, do Departamento de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial. Porto: Instituto Superior de Engenharia do Porto Janeiro de 2007. (https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/12819/2/Texto%20integral.pdf);

MESQUITA, Mário João - *O espaço da cidade como arena do confronto das ideias: o caso portuense na transição entre os séculos XIX e XX – Processos democráticos e formas de democracia em contexto urbano*. In Atas II Congresso O Porto Romântico. Porto: CITAR-Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, 2016, p. 402-403;

PEREIRA, Manuel Castro – *Os Velhos Eléctricos do Porto*. Porto: José Carvalho Branco – Sociedade Editorial Notícias da Beira Douro, 1995;

PINTO, Maria Luísa Rocha in FERREIRA, Antero (coord.) – *A Gripe Espanhola de 1918*. Casa de Sarmento - Centro de estudos do Património | UMinho (http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/64699);

Portugal tem de cumprir regras para evitar mortes da gripe espanhola – demógrafa (https://www.sapo.pt/noticias/tecnologia/portugal-tem-de-cumprir-regras-para-evitar_5e7249bd1a16c91991b66da7);

REBELO-DE-ANDRADE, Helena; FELISMINO, David – "A pandemia de gripe de 1918-1919: um desafio à ciência médica no princípio do século XX". In *Ler História*, n. º 73/2018. (https://doi.org/10.4000/lerhistoria.4070);

SALGADO, Maria da Conceição Cordeiro – *A emigração portuguesa para o Brasil, no contexto das grandes migrações europeias: o caso do Distrito de Bragança* (http://hdl.handle.net/11067/4338);

SEQUEIRA, Álvaro – *A pneumónica. Spanish influenza*. (https://www.spmi.pt/revista/vol08/ch7_v8n1jan2001.pdf);

SOBRAL, José Manuel; LIMA, Maria Luísa; CASTRO, Paula; SOUSA, Paulo Silveira e (org.) – *A Pandemia Esquecida. Olhares comparados sobre a pneumónica 1918-1919.* Lisboa: ICS, 2009;

SOBRAL, José Manuel; LIMA, Maria Luísa – "A epidemia da pneumónica em Portugal no seu tempo histórico". In *Ler História*, 73/2018. (https://doi.org/10.4000/lerhistoria.4036).